



REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

São Gonçalo do Amarante/RN

RESUMO

PRODUTO 2 - DIAGNÓSTICO INTEGRADO

INTERESSADO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - RN

ELABORAÇÃO:

FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO
TECNOLÓGICO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUNCERN

Natal-RN, 2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE-RN

PAULO EMÍDIO DE MEDEIROS

PREFEITO

ERALDO DANIEL DE PAIVA

VICE PREFEITO

PAULO DE TARSO DANTAS LIMA

SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

GABRIELA DE FRANÇA BARROS CAMPOS(SEMURB)

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO LOCAL – GAL.

RAVARDYERE FELIPE FERREIRA SANTIAGO (SEMURB)

PAULO DE TARSO DANTAS LIMA(SEMURB)

PEDRO HENRIQUE GODEIRO DE LIMA(SEMURB)

GABRIELA DE FRANÇA BARROS CAMPOS(SEMURB)

MÁRCIO JOSÉ ALMEIDA BARBOSA(SEMINFRA)

SIMONE FEITOSA COUTINHO(SEMINFRA)

POLION TORRES (PGM)

RODRIGO JASIELLO FERNANDES DE OLIVEIRA CORRÊA(PGM)

FRANCISCO VAGNER GUTEMBERG ARAÚJO (SEMDET)

MARIA SALOMÉ DA COSTA SALES (SEMDET)

MÁRIO DAVID DE OLIVEIRA CAMPOS (SMT)

ROBSON VAGNER LEITE DANTAS (SMT)

JOSÉ BASÍLIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (SEMADA)

ANDERSON RAFAEL DA SILVA (SEMADA)

MAGNUS KEBYO SOUZA BATISTA (GABINETE CIVIL)

IVANALDO FAGNER MACIEL DO NASCIMENTO (GABINETE CIVIL)

LEONARDO MEDEIROS DE PAULA(SEMSUR)

YURI FERNANDO DE LIRA GOMES(SEMSUR)

JALMIR SIMÕES DA COSTA(SMS)

ALDEÍDE DA SILVA MAIA (SMS)

REGINA MARIA BARBOSA TINÔCO(SEHAB)

ADRIENE PRISCILA DE OLIVEIRA PAIVA RAMALHO(SEHAB)

TALITA KAROLINE SILVA DANTAS(SAEE)

ANA RACHEL PINHEIRO FONSECA(SAEE)

ERALDO DANIEL DE PAIVA (GABINETE DO VICE PREFEITO)

RODRIGO LUIZ DE OLIVEIRA RODRIGUES (GABINETE DO VICE PREFEITO)



NÚCLEO GESTOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TITULAR - OTHON MILITÃO JUNIOR
SUPLENTE - MICLEIDE LIMA SIQUEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TITULAR - JALMIR SIMÕES DA COSTA
SUPLENTE- ALDEÍDE DA SILVA MAIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E
SANEAMENTO
TITULAR - REGINA MARIA BARBOSA TINOCO
SUPLENTE - TEÓFILO XAVIER BEZERRA NETO

GABINETE CIVIL - SÃO GONÇALO DO AMARANTE - RN
TITULAR - MAGNUS KEYO SOUZA BATISTA
SUPLENTE - IVANALDO FAGNER MACIEL DO NASCIMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
TITULAR - MARCIO JOSÉ ALMEIDA BARBOSA
SUPLENTE - SIMONE FEITOSA COUTINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
TITULAR - MÁRIO DAVID DE OLIVEIRA CAMPOS
SUPLENTE - ROBSON WAGNER LEITE DANTAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
TITULAR - RODRIGO JASIELLO FERNANDES DE OLIVEIRA CORRÊA
SUPLENTE - DANILLO AUGUSTO GOMES DE MOURA E SILVA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
TITULAR - LITA ISABEL CAVALCANTI DE MORAIS
SUPLENTE - LEONARDO BRANDÃO DA CRUZ LIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
TITULAR - PAULO DE TARSO DANTAS LIMA
SUPLENTE - RAVARDYERE FELIPE FERREIRA SANTIAGO

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E
CIDADANIA
TITULAR - ANTÔNIO DANTAS NETO
SUPLENTE - MÁRCIO DIEGO DO NASCIMENTO PINTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
TITULAR - LEONARDO MEDEIROS DE PAULA
SUPLENTE - YURI FERNANDES DE LIRA GOMES



SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER
TITULAR - MICAEL MOREIRA DA SILVA
SUPLENTE - CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE OLIVEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO
TITULAR - JOSÉ BASILIO DO NASCIMENTO JUNIOR
SUPLENTE - ANDERSON RAFAEL MELO DA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO
TITULAR - VAGNER GUTEMBERG ARAÚJO
SUPLENTE - MARIA SALOMÉ DA COSTA SALES

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
TITULAR - RICARDO ANTÔNIO PEREIRA DIAS
SUPLENTE - CARLOS ANTÔNIO AVELINO

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TITULAR - TALITA KAROLINE SILVA DANTAS
SUPLENTE - ANA RACHEL PINHEIRO FONSECA

FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA
TITULAR - KLEBER DE SOUZA TEIXEIRA
SUPLENTE - AILTON DO NASCIMENTO CARVALHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL
TITULAR - EMANUEL CAVALCANTI LISBOA
SUPLENTE - PAULO ROBERTO DE CASTRO MACEDO

CÂMARA MUNICIPAL
TITULAR - GERALDO VERÍSSIMO DE OLIVEIRA
TITULAR - VALLESKA RAYURE DA COSTA PROTÁSIO LISBOA
SUPLENTE - MARIA ERIVALDA ALVES SIQUEIRA
SUPLENTE - PABLO RODRIGO IRINEU DE ALCÂNTARA

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS – IBAMA
TITULAR – NÃO INDICADO
SUPLENTE – NÃO INDICADO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO
RIO GRANDE DO NORTE - IDEMA
TITULAR - MARCELO MARANHÃO ALVES CARDOSO
SUPLENTE - KEPLER SANTOS LIMA DE BRITO



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE
DO NORTE – CREA-RN
TITULAR - ANA ADALGISA
SUPLENTE – NÃO INDICADO

INSTINTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - IAB RN
TITULAR - EDWARDS DANIEL DE SOUZA
SUPLENTE - MISS LENE PEREIRA DA SILVA

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO - CAU RN
TITULAR - LUCIANO LUIZ PAIVA DE BARROS
SUPLENTE - CLÁUDIA FERREIRA DE QUEIROZ SEREJO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB RN
TITULAR - CARLOS EDUARDO DO NASCIMENTO GOMES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE - IFRN
TITULAR - DEISYANNE CÂMARA ALVES DE MEDEIROS
SUPLENTE - MARCELO LUIS DE AMORIM SOUZA

CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS (CDL) DE SÃO GONÇALO DO
AMARANTE
TITULAR- ELIAS MACÊDO DE MEDEIROS
SUPLENTE - KLEIBER BARBOSA DA SILVA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE -
FIERN
TITULAR - CARLOS VALÉRIO CORREIA SOUSA
SUPLENTE – NÃO INDICADO

DELEGADOS COMUNITÁRIOS - POLO 1
TITULAR - JOSÉ MELQUISEDEC DE PAULA ARAÚJO
SUPLENTE -VANESSA KATIUCHA OLIVEIRA GOMES DA SILVA

DELEGADOS COMUNITÁRIOS - POLO 2
TITULAR - RODRIGO WESLEY SILVA DE FRANÇA
SUPLENTE - RAFAEL VINÍCIUS COSTA DA SILVA

DELEGADOS COMUNITÁRIOS - POLO 3
TITULAR - ARLETE PAIVA
SUPLENTE - JOSIVAN HÉLIO DE ARAÚJO

DELEGADOS COMUNITÁRIOS - POLO 4
TITULAR - EDEVALDO RAMALHO FERREIRA
SUPLENTE - CLÉSIO ALVES DE PONTES



DELEGADOS COMUNITÁRIOS - POLO 5
TITULAR - FELIZARDO FIRMO MOURA SOBRINHO
SUPLENTE - ANDERSON RAFAEL MELO DA SILVA

DELEGADOS COMUNITÁRIOS - POLO 6
TITULAR - FRANCISCO DUARTE
SUPLENTE - MARÍLIA GOMES DE MACEDO

DELEGADOS COMUNITÁRIOS - POLO 7
TITULAR - JOSÉ NILSON SANTOS CABRAL NILSON
SUPLENTE - EDUARDO DE GÓIS FERREIRA

ONG (BIOMBO DAS ARTES)
TITULAR - FRANCISCO ALVES DA ROCHA
SUPLENTE - JOSENILDO CAMPOS DE OLIVEIRA

ENTIDADE SINDICAL (COTEMINAS)
TITULAR- JOÃO BATISTA GOMES LIMA
SUPLENTE - ROGÉRIO DELMO PERMÍNIO BARBOSA

ENTIDADE SINDICAL (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS)
TITULAR - NEUZA PATRÍCIO DA SILVA LOURENÇO
SUPLENTE - JOSÉ DA SILVA EMERENCIANO

ENTIDADE SINDICAL (SINDUSCON)
TITULAR - CARLOS VALÉRIO CORREIA SOUSA
SUPLENTE - CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA DANTAS

REPRESENTANTE DE COMUNIDADE TRADICIONAL
TITULAR - FRANCISCA DA CONCEIÇÃO BEZERRA
SUPLENTE - ZULEIDE MARIA BEZERRA



**FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO
TECNOLÓGICO DO RN - FUNCERN**

JAIRO JOSÉ DOS SANTOS

Superintendente

FRANCISCO DIMITROV DE MELO

Gerente Administrativo e Financeiro

ERIVAN SALES DO AMARAL

Gerente de Projetos

CONSULTORIA TÉCNICA

ALDO DA FONSECA TINOCO FILHO

Engenheiro Civil e Sanitarista - Coordenação Geral

MARIA WAGNA DE ARAÚJO DANTAS

Economista - Coordenação Administrativa e Consultoria Econômica

MARIA ELEONORA SILVA

Engenheira Civil e Urbanista

FRANCISCO DA ROCHA BEZERRA JÚNIOR

Arquiteto Urbanista

JEOZANE RIBEIRO DA COSTA LUCENA

Arquiteta e Urbanista

RAISA RODRIGUES DOS SANTOS

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo e Técnica em AutoCad

LAÍS ARIANE M. B. CORREIA

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Licenciada em Geografia.

JUAN MULLER DE ANDRADE BANDEIRA

Mestrando em Estudos Urbanos e Regionais, Licenciado em Geografia.

LUZIMAR PEREIRA DA COSTA

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Técnica em Geoprocessamento



CRISTINA MARIA DANTAS DE MEDEIROS
Socióloga

FÁBIO RICARDO SILVA GÓIS
Advogado

ANDREZA CRISTINA DANTAS BEZERRA DE MELO
Assistente Administrativa

JONAS DE SOUZA BARBOSA
Revisor

NATÁLIA VERÍSSIMO DE OLIVEIRA
Estagiária de Engenharia Civil

LUIZ VIDAL VERÍSSIMO DE OLIVEIRA
Estagiário de Engenharia Civil

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta um Resumo do Diagnóstico Integrado, Produto 2 do processo de Revisão e Atualização do Plano Diretor do Município de São Gonçalo do Amarante/RN, elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB) de São Gonçalo do Amarante/RN com a contribuição da consultoria técnica da Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN).

Ele se justifica mediante o volume de informações disponibilizado no Produto 2, que alcançam mais de 400 páginas. Nesse sentido, visando a apropriação das discussões pelo maior número de pessoas, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB) de São Gonçalo do Amarante/RN e a FUNCERN disponibilizam o presente Resumo. Destacamos que por se tratar de um Resumo esse documento não contempla todos os pontos do Diagnóstico. Sendo assim, aqueles que desejarem aprofundar a leitura e obter um detalhamento maior devem consultar o Produto 2, disponível no site do Plano Diretor.

2. INTRODUÇÃO

A fase de Diagnóstico é destinada ao levantamento de dados, indicadores e realidades que retratem quali quantitativamente a situação do município quanto à oferta de equipamentos e de serviços públicos, do patrimônio cultural e ambiental, dos aspectos socioeconômicos, de uso e ocupação do solo, dentre outros. Para Santos (1999), o diagnóstico requer um olhar para o território municipal de maneira mais adequada, como algo que está em processo, uma vez que ele é o quadro da vida em todas as suas dimensões. Portanto, ele serve de aporte para as análises territoriais minuciosas sobre o município nos aspectos que condicionam e interferem no cotidiano dos cidadãos.

Vale ressaltar que na fase do diagnóstico, além das leituras técnicas, executadas por especialistas, gestores e operadores das políticas públicas do município, é imprescindível uma leitura comunitária, em que uma parcela representativa da população deve ser chamada a contribuir por meio da participação em oficinas, trazendo sua percepção sobre a realidade do município. Diante do exposto, este documento que tem caráter descritivo do território situacional de São Gonçalo do Amarante remete-se à

atualização das informações municipais oficiais, a partir de pesquisa de campo, da aquisição de dados técnicos e de reuniões com participação de gestores locais. Outrossim, foi assegurada participação da comunidade através das reuniões comunitárias e oficinas temáticas, sendo promovidos diálogos entre a equipe técnica e os moradores e usuários do município.

3. METODOLOGIA

A elaboração deste diagnóstico fez uso de pesquisa bibliográfica, documental e descritiva sobre as potencialidades e problemas do município de São Gonçalo do Amarante por meio de levantamentos de dados primários e secundários. A pesquisa foi composta pelos seguintes procedimentos metodológicos que compõem os estudos de caso no espaço gonçalense:

- Revisão do Plano Diretor de São Gonçalo do Amarante 2009, com o objetivo de captar orientações para a pesquisa, bem como informações prévias.
- Reconhecimento das diversas áreas que compõem o município por meio de visitas de campo com as equipes técnicas.
- Organização e levantamento de materiais usados na pesquisa primária: elaboração do instrumento de entrevista; realização das oficinas e reuniões técnicas e comunitárias com objetivo de captação de informações por meio entrevista estruturada qualificada com uma amostra da população.
- Organização, alimentação e compartilhamento de banco de dados secundários. A pesquisa de dados secundários permitiu traçar um perfil macrossocial e físico do município. A referência fundamental deste trabalho é a Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente (IDEMA).
- Organização e análise dos dados: Consistiu na tabulação e sistematização dos dados, confecção de tabelas, gráficos e mapas para posteriores análises estatísticas e territoriais, incluindo dados primários e secundários. Para manipulação dos dados fez-se uso dos softwares: Excel, Arcgis, AutoCad e Google Earth.

4. DINÂMICAS

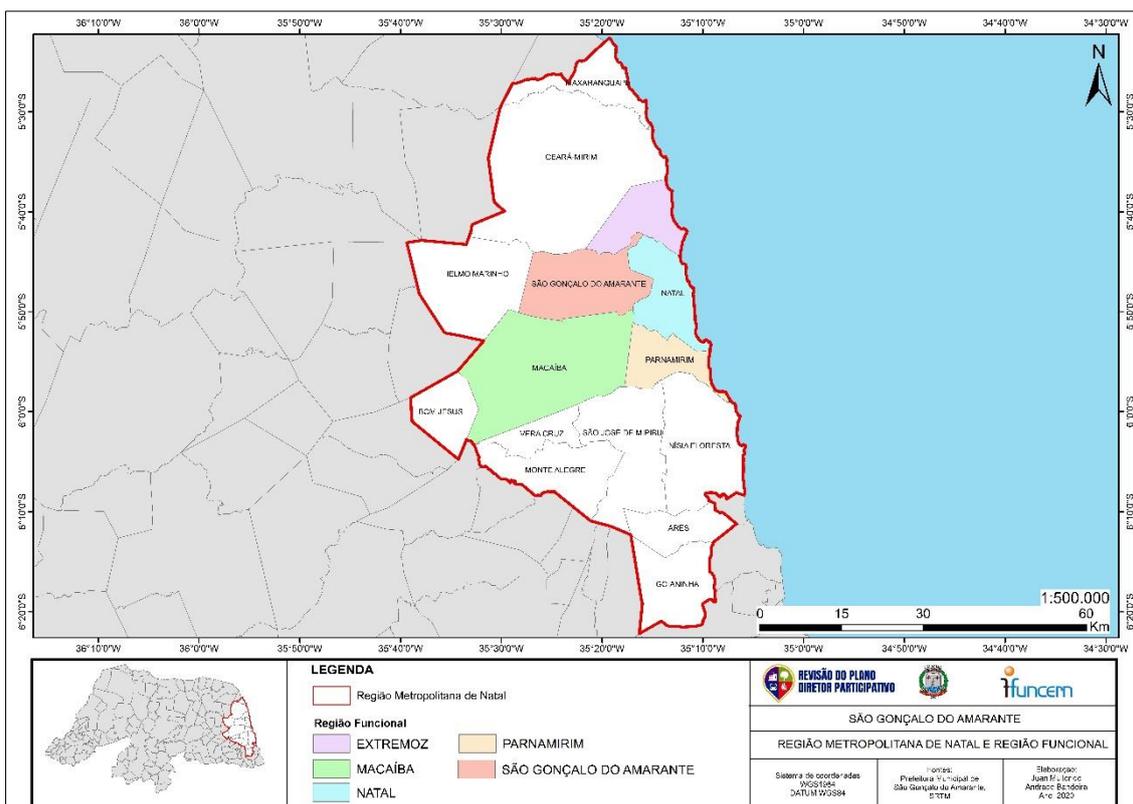
As Dinâmicas a serem avaliadas tiveram caráter técnicos, e foram embasadas na proposição apresentada na primeira audiência e referendada pelos presentes sendo, portanto, a baliza das análises atuais, tanto a níveis de dados primários como secundários nas pesquisas efetuadas, das quais geraram o diagnóstico; são elas: São elas: Dinâmica Social, Dinâmica Econômica, Dinâmica Ambiental, Dinâmica Imobiliária, Dinâmica Cultural e Dinâmica Jurídica.

4.1 DINÂMICA SOCIAL

Nesta Dinâmica foi realizada a contextualização geral dos aspectos socioespaciais do município e uma breve análise sobre sua dinâmica demográfica, que evidenciou a importância da revisão dos processos e prioridades do Plano Diretor, tendo em vista a dinamicidade da sociedade no espaço geográfico. Nesse sentido, destacamos os seguintes pontos:

- São Gonçalo do Amarante no contexto da Região Metropolitana de Natal;
- Crescimento de 656% na população urbana (2000 - 2010)
- Subdimensionamento da população: projeção do IBGE e dados municipais
- Dinâmica populacional: pirâmide etária, IDHM, estatísticas sociais.
- Resultado das Reuniões Comunitárias

Na sequência apresentamos um compilado dos dados que estão detalhados no Produto 2 – Diagnóstico Integrado.



Mapa 1 – Mapa da Região metropolitana de Natal e região funcional.
Elaboração: Juan Muller de Andrade Bandeira, 2020.

Quadro 1 – População residente no Município de São Gonçalo do Amarante 1991/ 2000/ 2010.

TIPOLOGIA	1991			2000			2010		
	Nº	%	Crescimento %	Nº	%	Crescimento %	Nº	%	Crescimento %
TOTAL	45.461	100	-	69.435	100	53	87.668	100	26
Urbana	8.241	18	-	9.798	14	19	74.099	85	656
Homens	4.060	49	-	4.841	49	19	36.290	49	650
Mulheres	4.181	51	-	4.957	51	19	37.809	51	663
Rural	37.220	82	-	59.637	86	60	13.569	15	-77
Homens	18.554	50	-	29.388	49	58	6.889	51	-77
Mulheres	18.666	50	-	30.249	51	62	6.680	49	-78

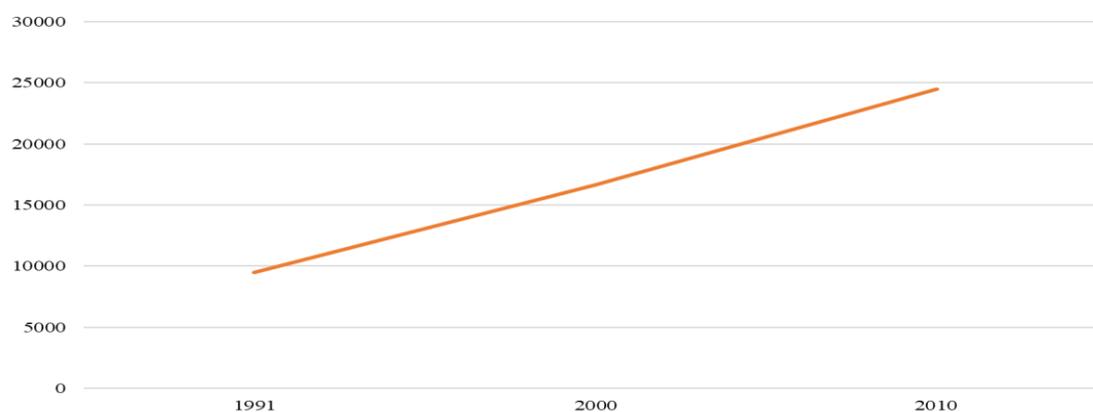
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 1991/2000/2010.

Quadro 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, Valores de IDHM e seus componentes para os anos de 1991/2000/2010.

IDHM E SEUS COMPONENTES	ANO DE REFERÊNCIA		
	1991	2000	2010
IDHM	0,395	0,524	0,661
IDHM Renda	0,486	0,543	0,619
IDHM Longevidade	0,599	0,735	0,829
IDHM Educação	0,211	0,361	0,564

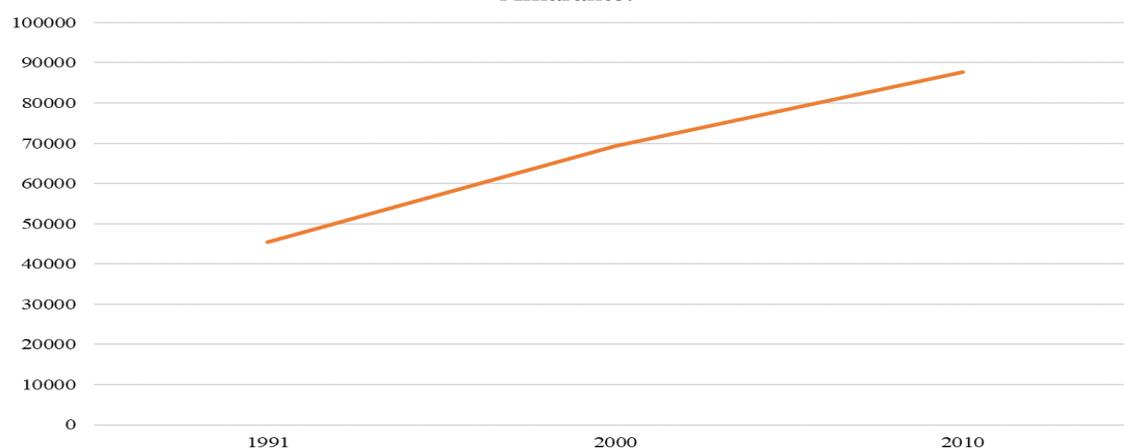
Fonte: PNUD, 2013. Elaboração: CORREIA, Laís A. M. B. (2019).

Gráfico 1 – Domicílios particulares ocupados (unidades) em São Gonçalo do Amarante.



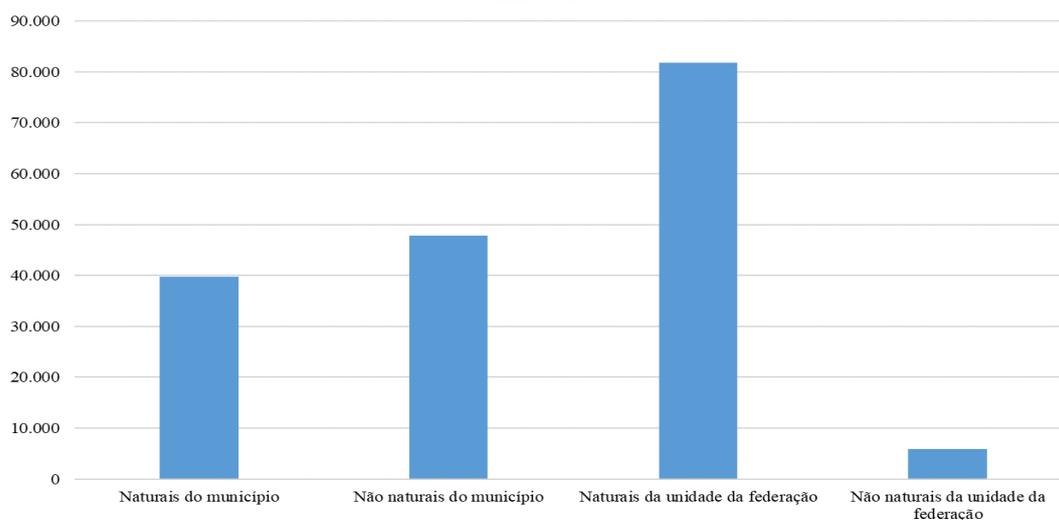
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 1991/2000/2010.

Gráfico 2 – Pessoas residentes em domicílios particulares (pessoas) em São Gonçalo do Amarante.



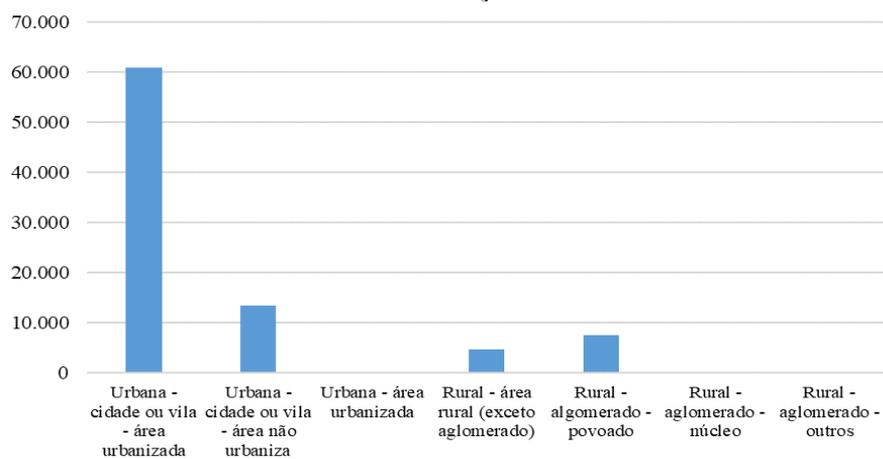
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 1991/2000/2010.

Gráfico 3 – População residente em relação à naturalidade em São Gonçalo do Amarante.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Gráfico 4 – População residente de São Gonçalo do Amarante em relação à situação e localização.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

4.1.1 Reuniões Comunitárias

As reuniões comunitárias foram realizadas em sete setores: Setor 1 – Jardim Lola, Setor 2- Amarante, Setor 3- Jardins, Setor 4- Santo Antônio, Setor 5- Centro, Setor 6- Poço de Pedra e Setor 7- Serrinha de Cima, acrescido de uma reunião específica na Comunidade indígena Tapará, onde houve um trabalho de mobilização e divulgação garantindo a participação do maior número de pessoas.

O objetivo das reuniões comunitárias é não só dar ciência do processo participativo da elaboração do Plano Diretor do município, mas também identificar e discutir os anseios da população: seus anseios, suas dificuldades, conflitos, suas potencialidades e suas propostas para a construção de objetivos comuns.

Nesse sentido, todos participantes são importantes nesse processo de construção onde a comunidade pode não apenas identificar os problemas, mas também, as possíveis alternativas para a solução dos problemas detectados assegurando melhores formas de sustentabilidade do município de São Gonçalo do Amarante.

Dessa forma destacamos a seguir as principais contribuições dos participantes.

REUNIÃO COMUNITÁRIA	PROBLEMAS	POTENCIALIDADES/SUGESTÕES
SETOR 1 – JARDIM LOLA	Necessita de integração (física e social) da comunidade da Baixa da Humaitá	Geração de emprego e renda nas empresas de produção de camarão
	Falta de áreas livres públicas para implantação de equipamentos	Região com mais adensamento
	Urbanização inadequada na rua Humaitá	Grande oferta de equipamentos de serviços, comércios
	Mobilidade Urbana- Congestionamento	Melhor aproveitamento dos equipamentos esportivos
SETOR 2 – AMARANTE	Ausência de acessibilidade na Serrada	Área comercial com bastante potencial
	Falta de um Centro de Velório no Bairro Amarante	Unidade Básica de Saúde no Amarante e na Serrada com amplo serviço à população (Centro de Especialidades)
	Falta controle de índices urbanísticos no Golandim	Melhorar o sistema de captação das águas e de esgotamento sanitário
	Áreas e prédios públicos vazios e/ou abandonados	Implantar mais postos policiais (resolver o problema das viaturas paradas no bairro Amarante)
	Falta de baias(recuo)nas paradas de ônibus ao longo	Melhoria do traçado viário entre o Amarante e o Jardim Lola

	da RN-160 e construções muito próximas à margem da rodovia	
	Necessidade de melhoria na arborização dos bairros	Revisão de zoneamento no município
SETOR 3 – JARDINS	Falta de uma passarela na BR-406 na altura do Posto Estrela e na Tomaz Landim, lateral do Nordesteão em frente a Coteminas e próximo a Teleperformance	Destacou-se população estimada em 35.000 hab., crescimento significativo nos últimos 10 anos
	Ausência de transporte público circulando em Olho D`água e Nova Zelândia	Construção do Hospital de queimados
	Ausência de Unidade de Saúde de alta complexidade	Sugestão de instalação de hidrantes no Aeroporto para socorro em caso de acidentes aéreos
	Problemas na mobilidade urbana-engarrafamentos	Necessidade de realocação do aterro sanitário de Ceará-Mirim (proximidade com a área do aeroporto)
	Ausência de integração das vias dos loteamentos, necessidade de criação de uma via para atender o fluxo do trânsito no sentido Flores do Campo-Extremoz	Necessita de clareza em relação ao objetivo e encaminhamento do recurso pertencente ao Fundo de desenvolvimento urbanístico
	Soterramento das nascentes do Rio Golandim	Importância dos mananciais, nascente do Rio Golandim- projetos de preservação e identificação
SETOR 4 – SANTO ANTÔNIO	Alagamento da rua da Escola Cantinho do Saber, dificultando a entrada dos alunos e funcionários do estabelecimento no período de chuva	Construção de uma creche, uma praça e uma academia da melhor idade para atender as comunidades do Ruy Pereira, Recanto dos Pássaros, Prosperar, Loteamento São Pedro, Parque Amarante e Cidade Jardins.
	Falta iluminação pública no Loteamento São Carlos	Implantar um sistema de transporte ligando o bairro Jardins ao centro do município
	Otimização nos serviços de drenagem e outros correlatos.	Construção de uma companhia de polícia no bairro do Regomoleiro
	Falta de planejamento no Novo Antônio (Escola e Unidades de Saúde mal localizadas)	Criação de um anel viário no bairro do Santo Antonio, integrando os loteamentos e comunidades para circulação de transporte coletivo.
	Abandono de veículos em vias públicas por proprietários de oficinas	Necessita de projeto de regularização fundiária
SETOR 5 – CENTRO	Falta de infraestrutura e área de lazer no conjunto nas comunidades do Arisco, Sombra e Milharada	Crescer preservando as comunidades rurais e suas atividades econômicas tradicionais (como as cerâmicas e pedreiras)

	As Comunidades de Canaã, Trigueiros e Oiterinhos carece de infraestrutura	Melhorar oferta de transporte público que possibilite a circulação dentro da cidade e do centro da cidade para Natal.
	Falta acesso adequado ao Santuário dos Mártires de Uruaçu	Implantação do Plano de Mobilidade
	Identificação de uma área no Padre João Maria que se encontra sob influência da legislação aeroportuária e outras legislações conflitantes	Sugere mudança na área locada como industrial para implantação de residências no Bairro Santa Teresinha
	Problemas de congestionamento da Tomas Landim	Criação de um instrumento para a diminuição dos impactos ambientais causados pelas cerâmicas, sem interromper a atividade
	Delimitação de áreas informais e regularização fundiária (Jacaré Mirim é uma área que não tem título, se trata de uma área de posse)	Há muitas áreas disponíveis para construção de moradia popular no conjunto do IFRN
SETOR 6 – POÇO DE PEDRA	Êxodo rural - Falta de empregos em todo Polo 6	Fomento a Agricultura Familiar
	Deficiência de estradas, escolas, creches, esporte, lazer na comunidade de Poço de Pedra	Implantação de Associação de Catadores de lixo recicláveis
	Necessidade de início e conclusão das obras da "Estrada da Produção"	Melhoria da infraestrutura da unidade básica de saúde da comunidade de Poço de Pedra
	Insuficiência de escolas de ensino médio para o Polo 6	Cumprimento da Lei que versa sobre as fábricas que recebem incentivos fiscais com a condição de 51% dos trabalhadores serem do Município
	Dificuldade de acessos quando chove (interdição de pontes)	Necessidade de utilização do solo para edificação no Polo 6
SETOR 7 – SERRINHA DE CIMA	Ausência de transporte público em Olho D`Água do Chapéu e no Polo 7	Incentivo a valorização da agricultura familiar
	Ausência de transporte público ligando o Polo 7 ao Centro de São Gonçalo	Alto índice de aprovação dos alunos da Escola Luiz de França no IFRN
	Supressão de algumas calçadas com construções em Serrinha	Melhoria na infraestrutura geral do Polo 7(escola, vias públicas calçadas, posto de saúde, iluminação pública)
	Loteamentos sem área verde em Serrinha	Necessidade de definir largura mínima para as vias públicas.
	Propriedades sem registro público	Necessidade de urbanização da Lagoa em Serrinha
COMUNIDADE TAPARÁ	Estrutura da Escola Georgino Altino Viana está	Construção de uma Unidade Básica de Saúde na comunidade

	abandonada causando insegurança	
	Falta transporte público	Recuperação da estrutura física da Quadra Poliesportiva na comunidade
	Posto de Saúde em Macaíba e em SGA está em Barro Duro, distante da comunidade	Destinação no LOA um recurso financeiro para apoio às atividades culturais.
	Pressão imobiliária da Fazenda Real sobre o território da comunidade	Providenciar demarcação de terra.
	O poço principal não abastece todas as famílias e a água está imprópria para beber	Construção de acesso pavimentado.
	Falta escritura pública-comunidade pressionada pelos usineiros	Construção de escola
	Falta de apoio para feira cultural	

4.2 DINÂMICA ECONÔMICA

São Gonçalo do Amarante, município do Estado do Rio Grande do Norte, com uma população de 87.668 habitantes (IBGE, Censo – 2010), faz parte da Região Metropolitana de Natal/RN, sendo o quarto município mais populoso do Estado e o 65º do Nordeste, com uma densidade populacional de 351,91 km². Do total da população, (84,52%) viviam na zona urbana (74.099 habitantes) e (15,48%) na zona rural (13.569 habitantes). De acordo com o (IBGE, 2010) quanto ao sexo, eram 44.489 pessoas do sexo feminino (50,75%) e 43.179 do sexo masculino (49,25%).

Tratando da economia do município, o Produto Interno Bruto (PIB) em 2010 era de R\$ 953.855 mil, e o PIB *per capita* de R\$ 10.876,34. Tem sua econômica baseada em atividades como a indústria cerâmica, pecuária, agricultura e cultivo de camarão e outros crustáceos, criado em viveiros. Possui o Aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves, considerado o principal equipamento urbano do município, administrado pelo Consórcio Inframérica, com capacidade anual de 6,2 milhões de passageiros. Tendo recebido o reconhecimento do Ministério dos Transporte em 2018, como o melhor aeroporto do Brasil (categoria até 5 milhões de passageiros).

A economia de um município é dividida em setores, de acordo com os recursos empregados e os modos de produção envolvidos: **Setor Primário:** a extração de matérias

primas; **Setor Secundário:** a indústria e **Setor Terciário:** venda de serviços e bens materiais.

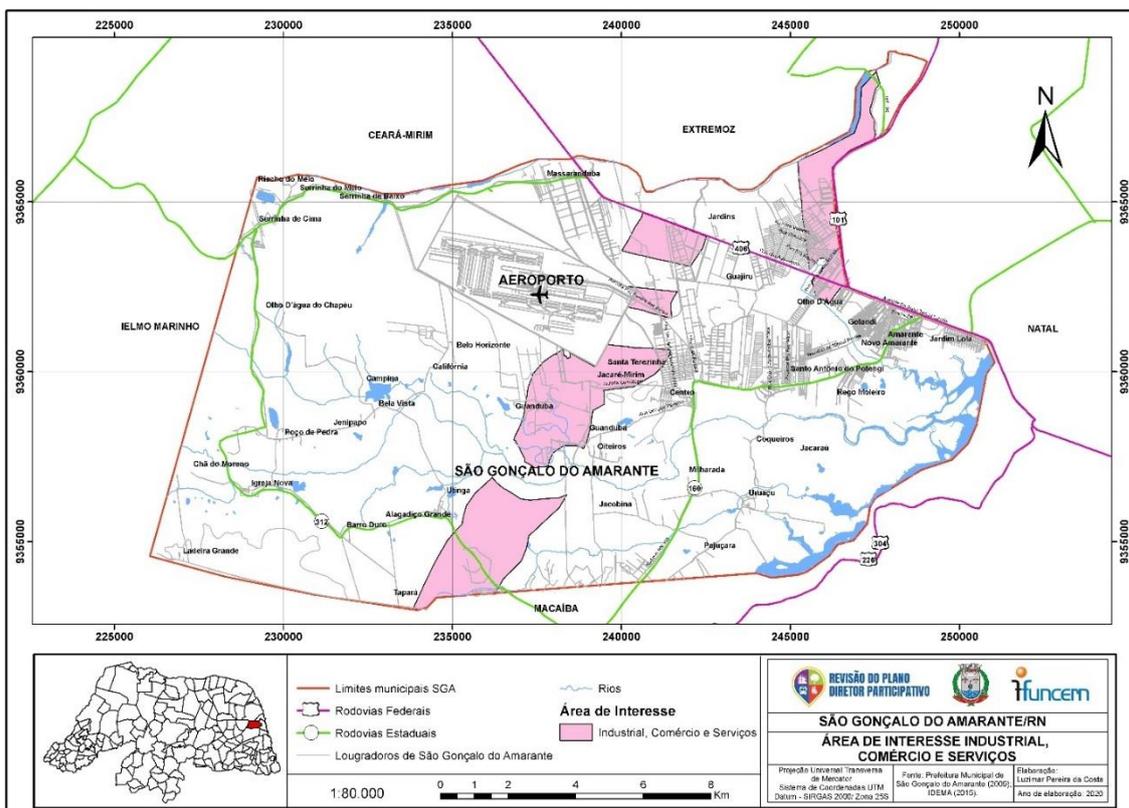
No município de São Gonçalo do Amarante/RN o setor primário contribui com menos de 2% do Produto Interno Bruto municipal (R\$ 18.052 mil), com destaque para a prática da agricultura de subsistência, com o cultivo voltado à produção de frutas e legumes. Na pecuária, o destaque fica por conta do rebanho bovino, voltados à produção do leite, os caprinos e os ovinos. No setor de pesca, destaca-se a criação de crustáceos e moluscos, principalmente camarão, marisco, ostra e sururu. O município conta também com apiários, onde se criam abelhas e se produz mel.

Já o setor secundário é o responsável pela segunda maior parcela do Produto Interno Bruto no município de São Gonçalo do Amarante/RN. Contribui com quase um terço da economia do município (R\$ 312 410 mil). A indústria com maior destaque é a cerâmica, onde se destaca a produção de tijolos. De acordo com informações da Prefeitura Municipal, na Comunidade de Serrinha, a dezoito quilômetros da sede do município, onde é realizada a extração mineral por pedreiras, usadas na pavimentação de ruas e avenidas e na construção civil. Em São Gonçalo do Amarante/RN, próximo à divisa com Natal, está localizado o distrito industrial, onde estão instaladas várias empresas de diversos setores gerando emprego e renda aos munícipes.

O setor terciário no município de São Gonçalo do Amarante/RN é responsável por quase metade da economia do município (R\$ 465 064 mil), de acordo IBGE (2010) em 2008, o município possuía, 691 unidades locais, 672 empresas e estabelecimentos comerciais atuantes e 24 214 trabalhadores, sendo 12 499 do tipo pessoal ocupado total e 11 715 do tipo ocupado assalariado. Salários juntamente com outras remunerações somavam 150 535 mil reais e o salário médio mensal dos trabalhadores era de 2,1 salários mínimos. O comércio se destaca na venda de produtos alimentícios em estabelecimentos comerciais: bares, lanchonetes, mercados, mercearias e supermercados. Como também comercialização de artefatos culturais, borrachas, materiais para construção civil, produtos farmacêuticos, roupas e tecidos.

Uma outra contribuição para o Produto Interno Bruto é o valor dos impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes, em 2010 era de R\$ 158 329 mil.

No Mapa 2 abaixo podemos destacar as áreas de interesse econômico (industrial, comercial e de Serviços), visando uma maior contribuição na Revisão do Plano Diretor de São Gonçalo do Amarante/RN.



Mapa 2 – Área de Interesse Industrial, Comércio e Serviços em São Gonçalo do Amarante.

Elaboração: Luzimar Pereira da Costa.

4.2.1 Caracterização socioeconômica

Na caracterização socioeconômica do município de São Gonçalo do Amarante/RN para a Revisão do Plano Diretor de São Gonçalo do Amarante/RN o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é um dos dados mais importante e se apresentou em 2010 (último ano de medição apresentada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010) com um valor de 0,661, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). De acordo com a Tabela 1 abaixo a dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,829, seguida de Renda, com índice de 0,619 e de Educação, com índice de 0,564.

Ainda de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano (2010), no tocante ao ranking nacional do IDHM, o município de São Gonçalo do Amarante/RN ocupa a 2870^a

posição entre os 5.565 municípios brasileiros. Ficando o maior IDHM com o município de São Caetano do Sul – SP (0,862) e o menor com o município de Melgaço - PA (0,418).

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes do município de São Gonçalo do Amarante/RN.

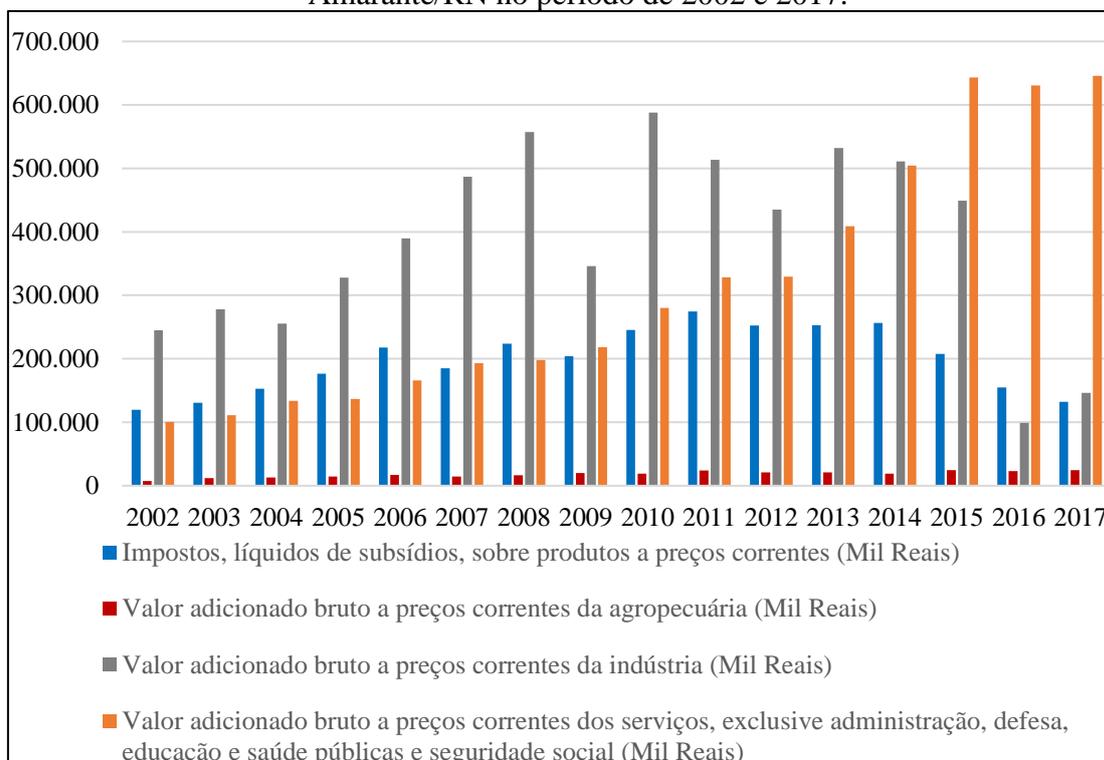
Ano	Renda	Longevidade	Educação	IDHM
1991	0,486	0,599	0,211	0,395
2000	0,543	0,735	0,361	0,524
2010	0,619	0,829	0,564	0,661

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Para a Revisão do Plano Diretor se faz necessário um aprofundamento da renda através do Índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. A evolução da renda nesse período passou de 0,44 em 1991 para 0,49 em 2000 e para 0,44 em 2010. Nesse sentido, a renda per capita do município de São Gonçalo do Amarante/RN cresceu nas últimas décadas 128,48%, passando de R\$ 165,07 (1991) para R\$ 234,24 (2000) e para R\$ 377,16 (2010); o equivalente a uma taxa média anual de crescimento de 4,44% nesse período. De 1991 para 2000 cresceu 3,97% e 4,88% entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres (com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, a preços de agosto de 2010), apresentou uma tendência a diminuição de 58,66% em 1991 para 43,92% em 2000 e 18,83% em 2010.

Analisando o Gráfico 5, podemos destacar o crescimento de São Gonçalo Amarante/RN por setor econômico e podemos destacar o crescimento da indústria nos anos de 2008 e 2010 e posteriormente a tendência foi de declínio, em 2016 e 2017, a contribuição deste setor no PIB foi entre R\$ 100.000 e R\$ 200.000 mil reais. Nos últimos anos a maior contribuição do PIB do valor adicional bruto a preços correntes foi na área dos serviços, exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social. A contribuição dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes ficou em terceiro lugar em contribuição com valores que variaram de R\$ 100.000 a R\$ 280.000 mil reais, tendo seus melhores anos, de 2011 e 2014. O setor da agropecuária foi o que menos contribuiu para o Produto Interno Bruto no município de São Gonçalo do Amarante.

Gráfico 5- Produto Interno Bruto Setorizado do município de São Gonçalo do Amarante/RN no período de 2002 e 2017.



Fonte: IBGE – PIB dos Municípios.

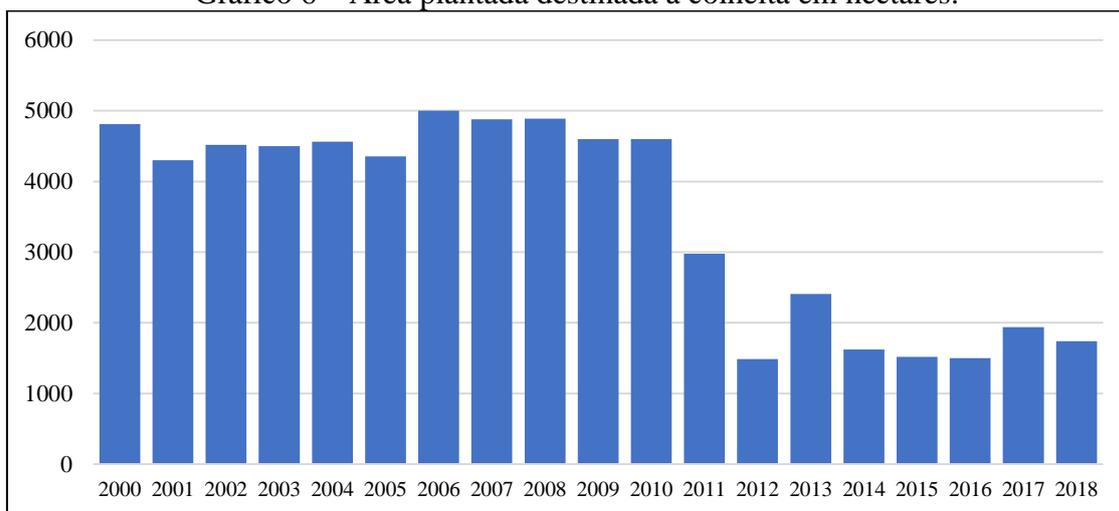
4.2.2 Dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) de São Gonçalo do Amarante

Na caracterização socioeconômica de um município a participação dos diversos setores vem contribuir para a geração de resultados satisfatórios ou não, no desenvolvimento local. Dentre estes setores destacamos a importância do setor agrícola, que produz um efeito multiplicador no Produto Interno Bruto (PIB), em função do alto peso dos produtos originários da agricultura (básicos, semielaborados e industrializados) na pauta de exportações, a boa qualidade aderida a esses produtos, a contribuição para o controle da inflação e a oferta de empregos do setor. No entanto, a agricultura possui uma forte dependência dos fatores climáticos, deixando-a com características de incertezas que pode promover riscos no resultado da produção.

É bem verdade, que, analisando os dados apresentados pelo IBGE, quanto a produção agrícola do município de São Gonçalo do Amarante/RN no período de 2000 a 2018, podemos perceber que o ano de melhor produção foi 2006 a 2010, anos com melhores precipitações. A partir de 2011 a produção começou a diminuir, com destaque para o ano de 2012, com uma baixa produção agrícola no município, com uma pequena

reação no ano de 2013. Ainda analisando os dados de produção agrícola no tempo, os anos seguintes teve uma tendência a diminuição da produção com um destaque para o ano de 2017, com uma melhoria na produção. E de acordo com a Secretaria Municipal de Agropecuária e Desenvolvimento Agrário (SEMADA), dos últimos 5 anos, 2017, foi o ano mais produtivo para o município, com uma melhor plantação e colheita de milho e feijão.

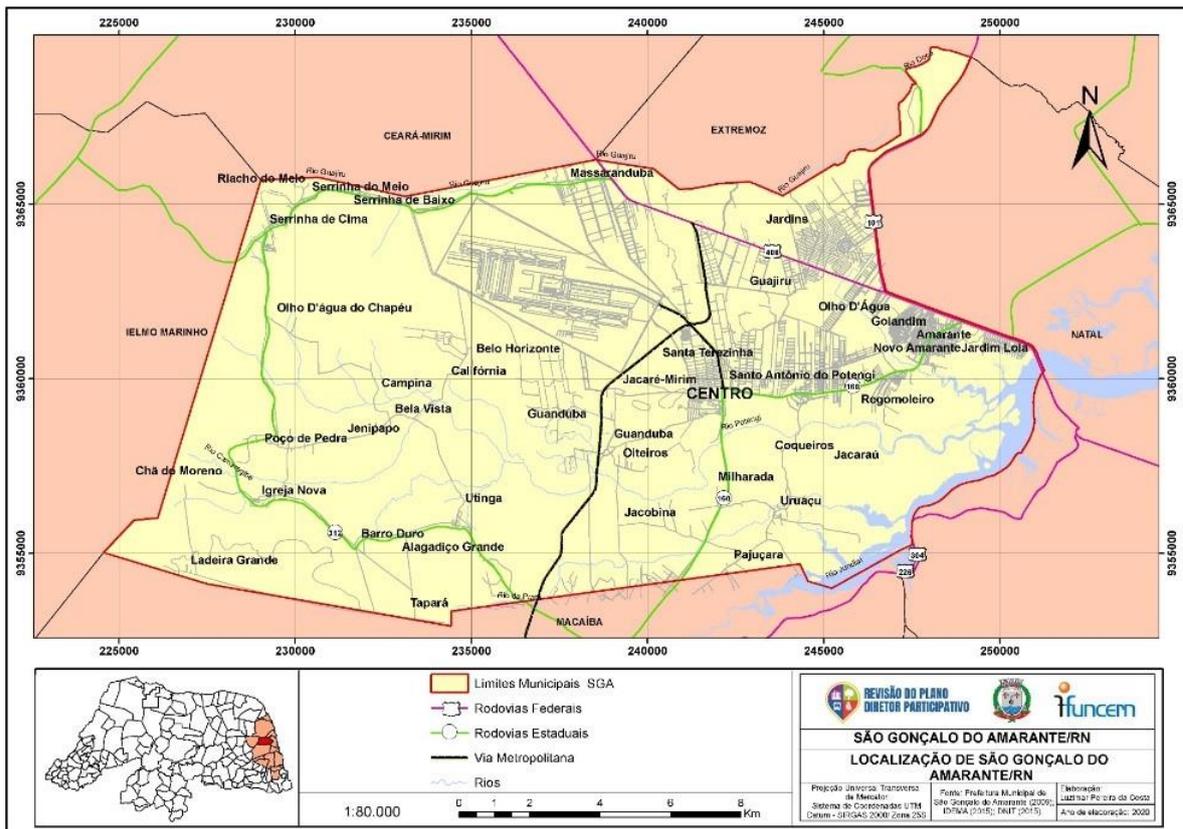
Gráfico 6 – Área plantada destinada à colheita em hectares.



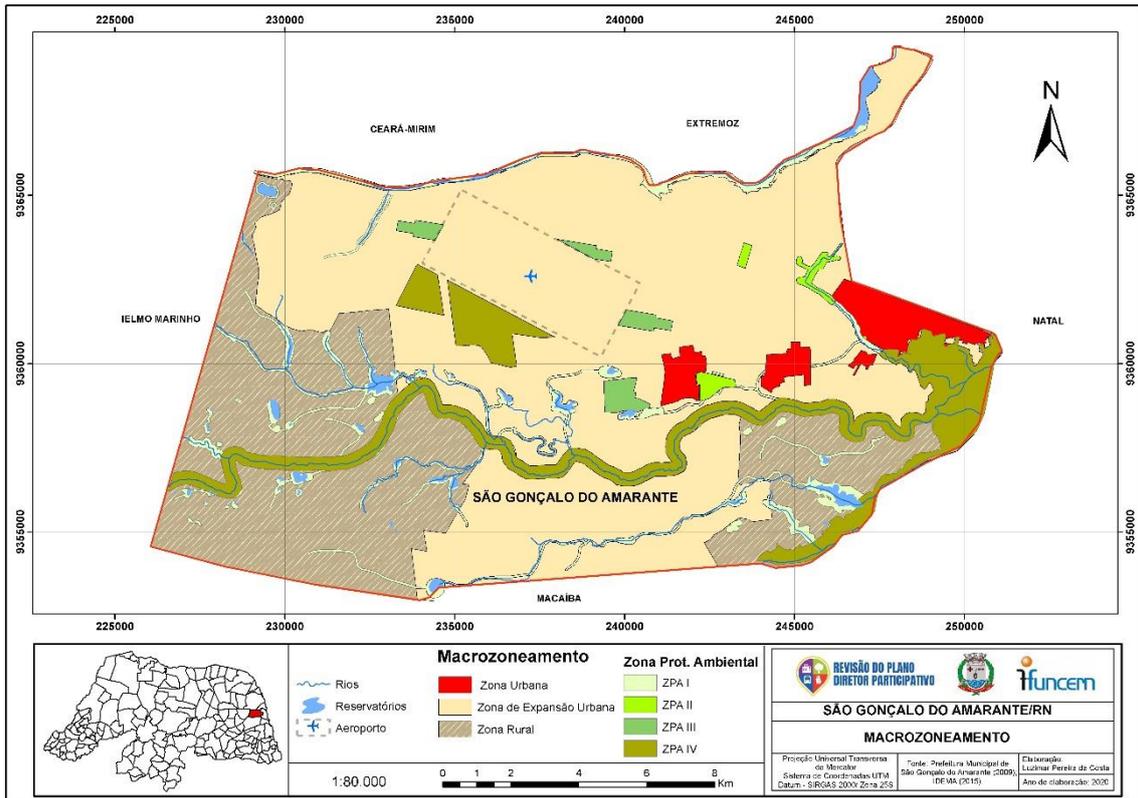
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

4.3 DINÂMICA AMBIENTAL

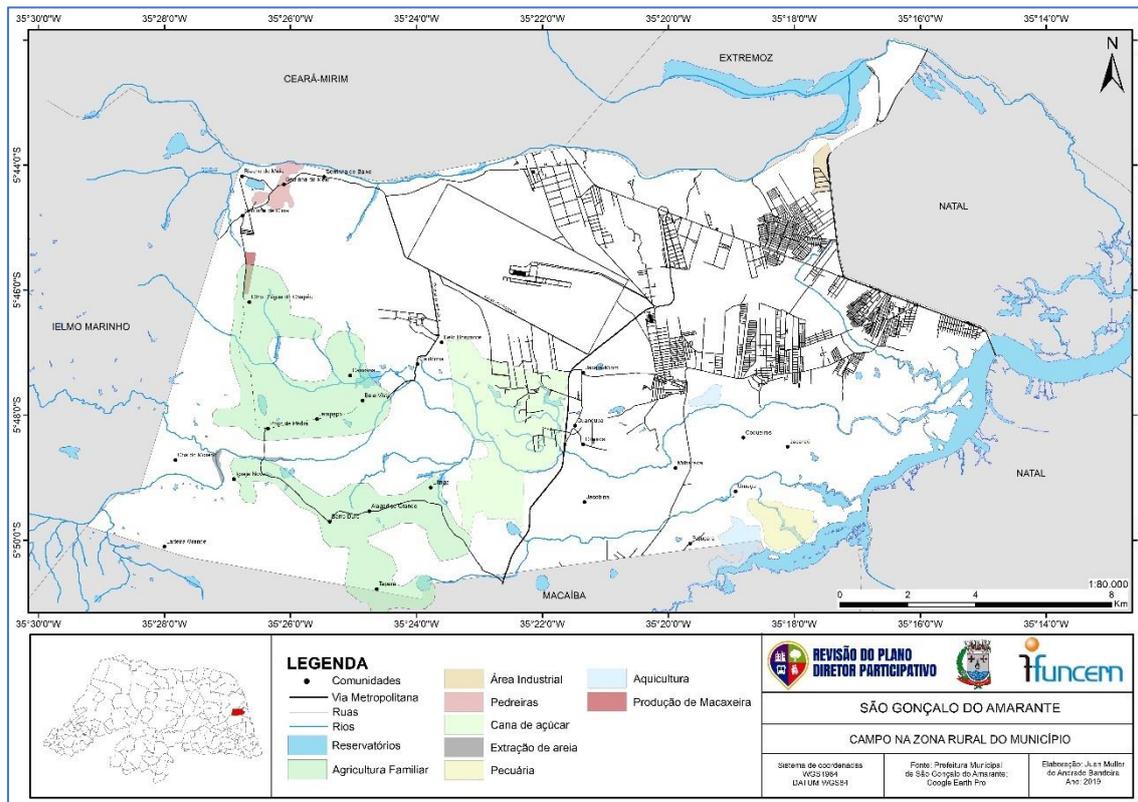
Iniciamos essa Dinâmica com a apresentação da Localização e dos Aspectos Fisiográficos do município. Na sequência procedemos a análise da Dinâmica Ambiental da Zona Rural através da apresentação do Macrozoneamento vigente, dos dados de Uso do solo rural gerados a partir de trabalho de campo, análise dos dados da Produção Agrícola Municipal (IBGE), e apresentação da área de Reserva legal existente. Para a Zona Urbana destacamos a partir do Macrozoneamento, os Parques urbanos e elaboramos um mapa de Susceptibilidade ao risco, a partir de informações dos técnicos da Semurb e da colaboração da população nas Reuniões Comunitárias. Apresentamos e localizamos também as Áreas de Preservação Ambiental – APP e as Zonas de Proteção Ambiental – ZPA vigente no atual Plano Diretor. Na sequência, apresentamos o compilado de mapas.



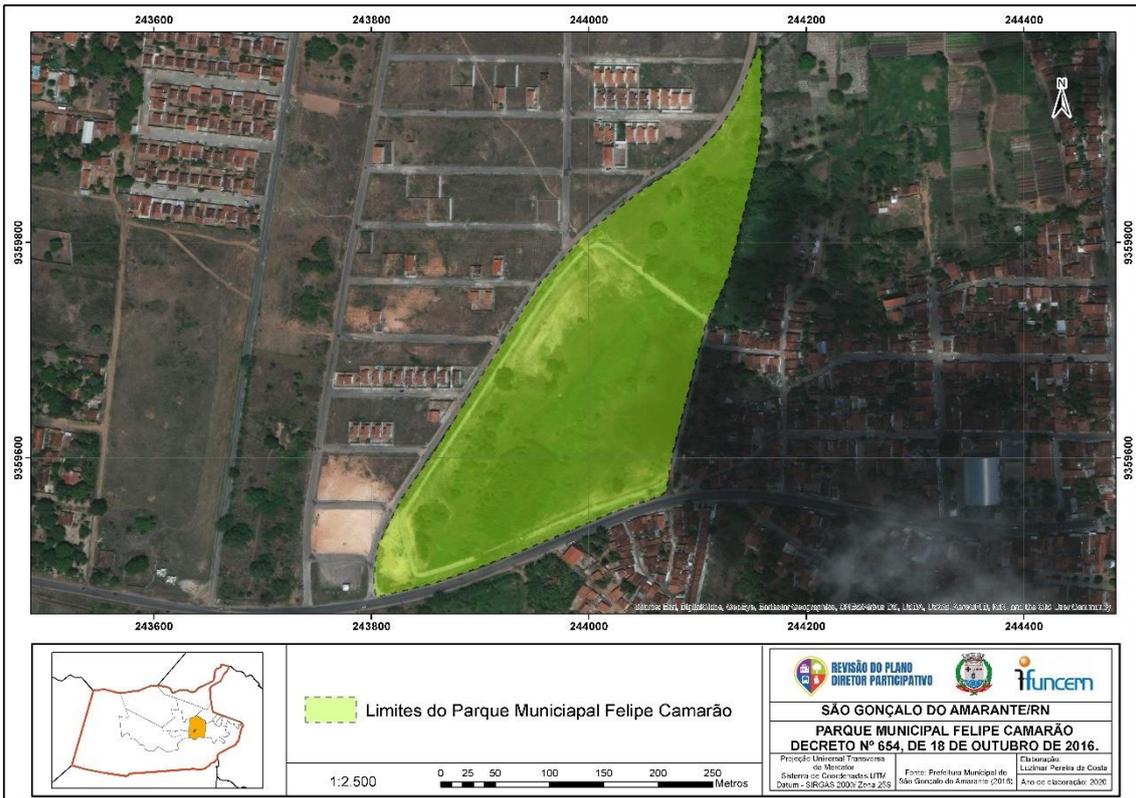
Mapa 3 – Localização do Município de São Gonçalo do Amarante.
 Fonte: Funcern, 2020.



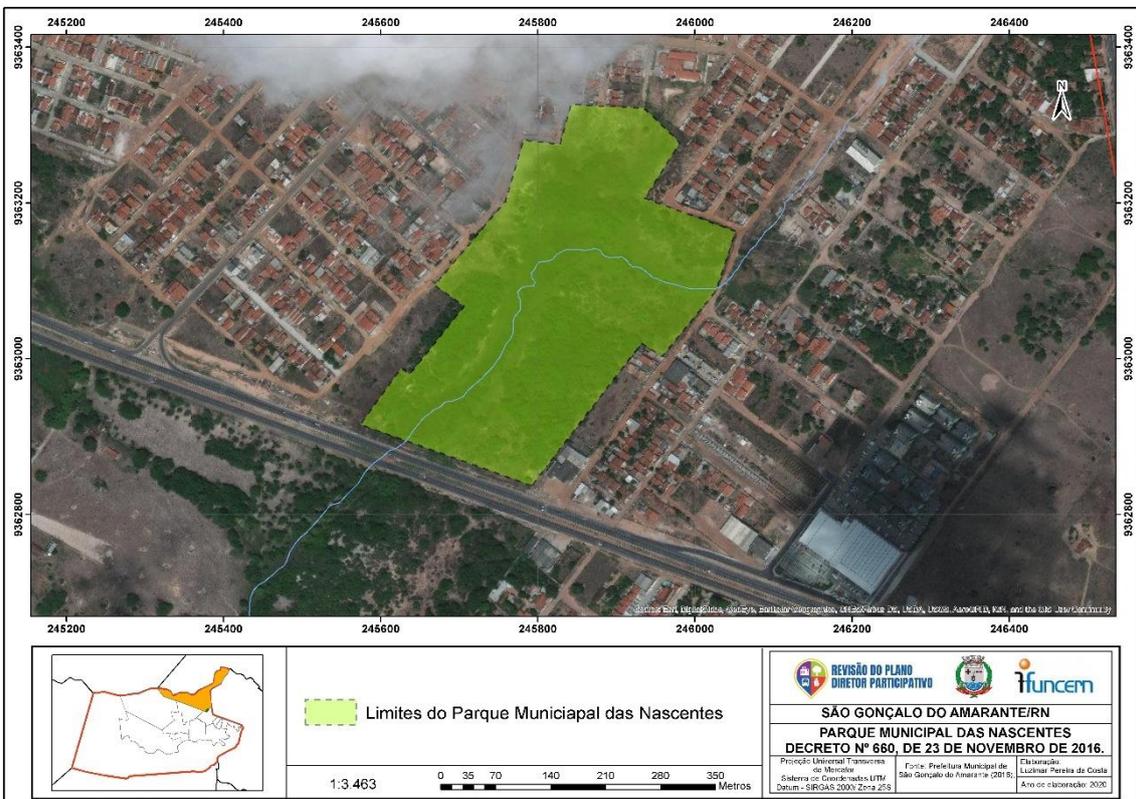
Mapa 4 – Macrozoneamento de São Gonçalo do Amarante
Fonte: Funcern, 2020.



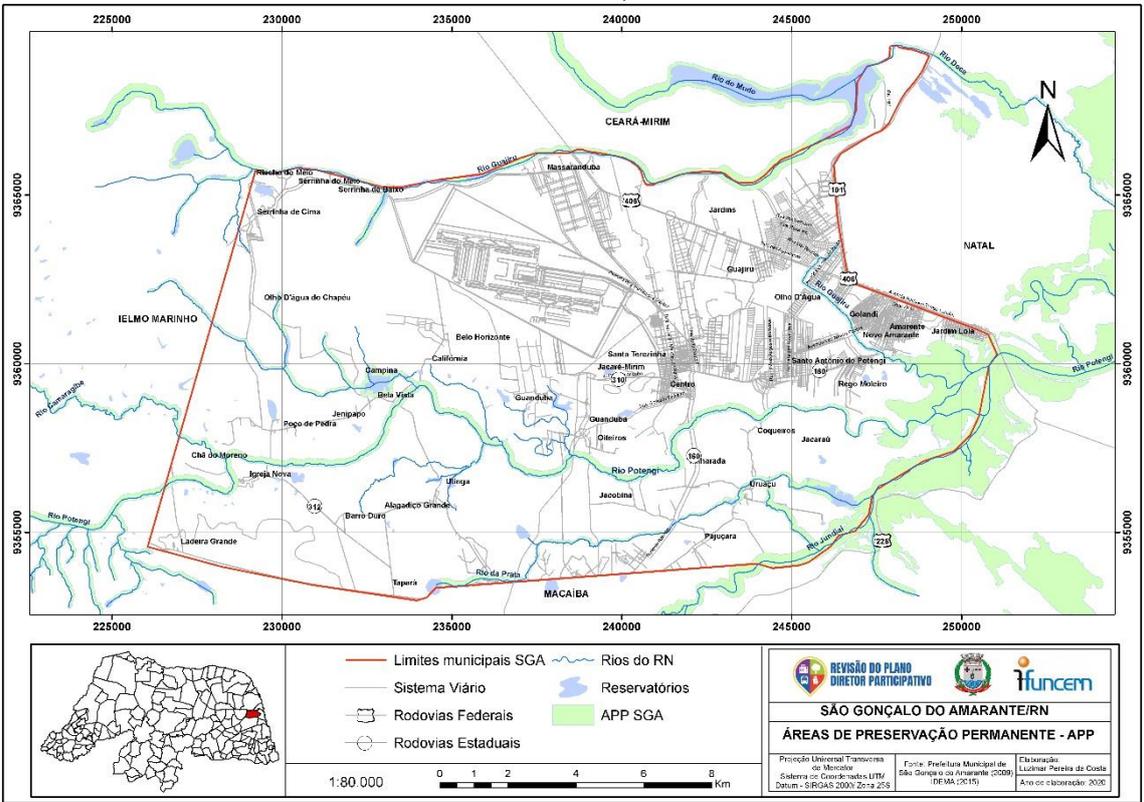
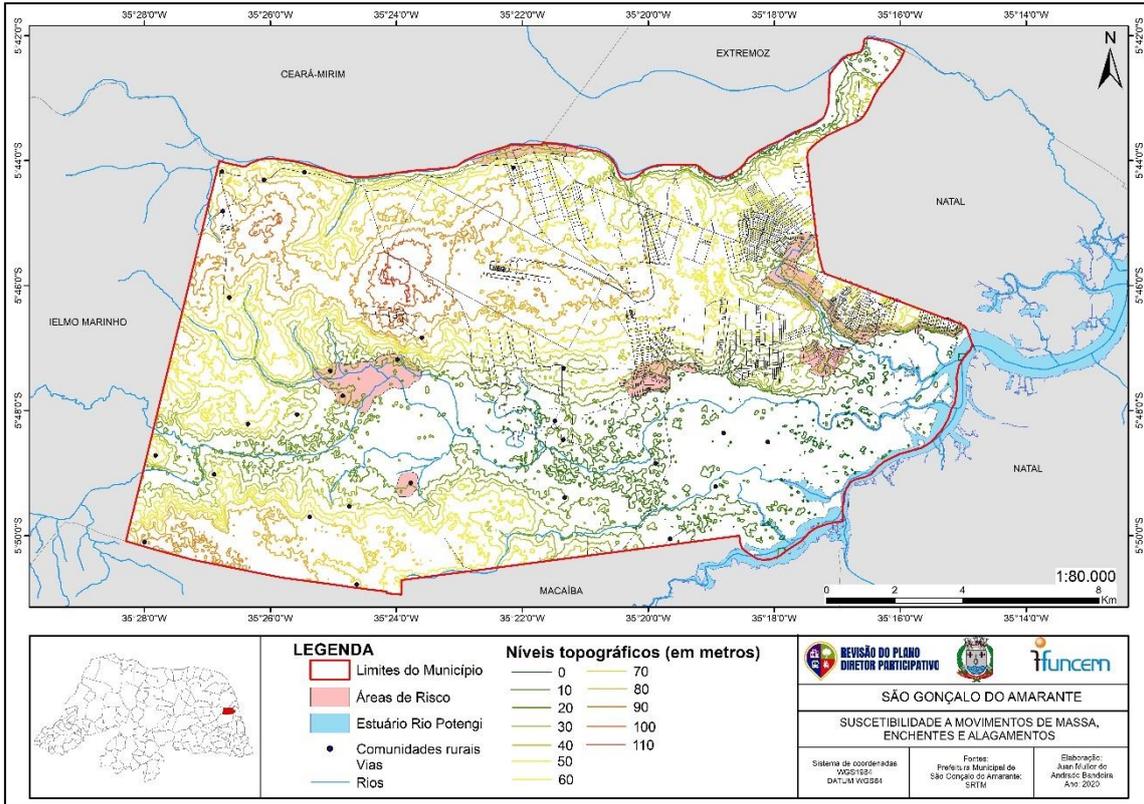
Mapa 5 – Uso do solo rural do município identificado em trabalho de campo na zona rural
Fonte: Funcern, 2020.

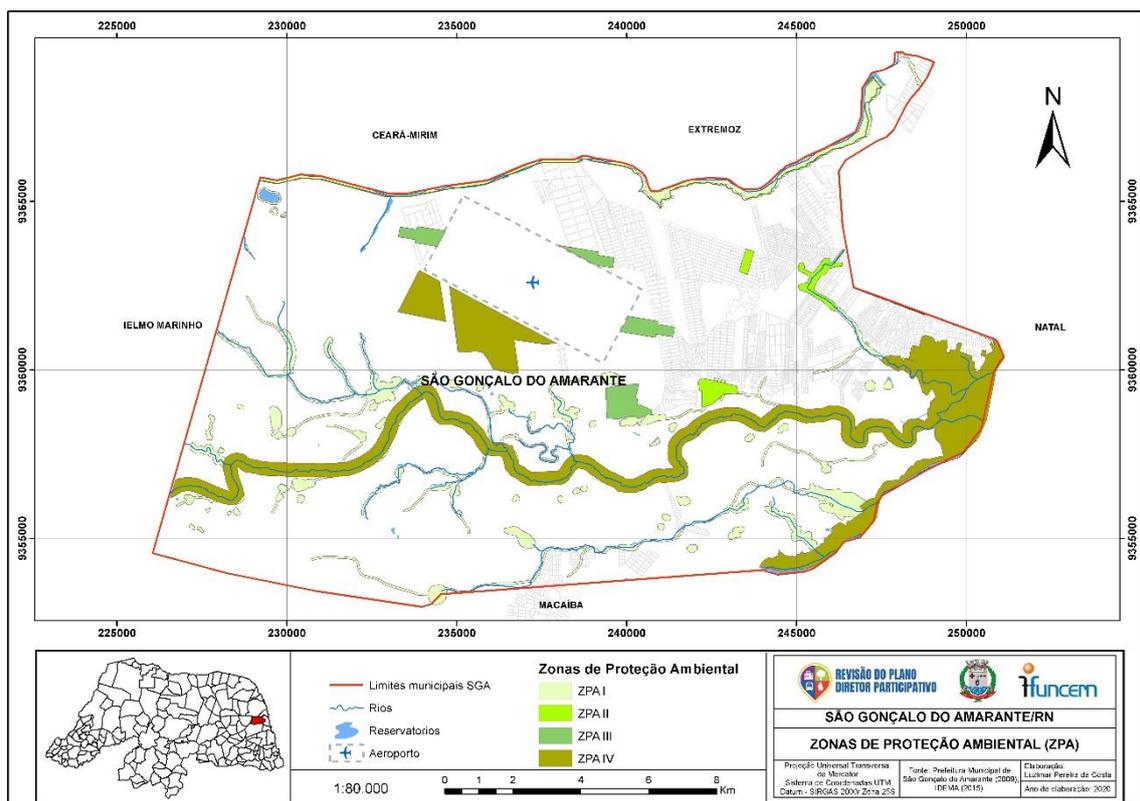


Mapa 6 – Parque Ecológico Municipal Felipe Camarão de Santo Antônio do Potengi.
 Fonte: Funcern, 2020.



Mapa 7 – Mapa do Parque Municipal Natural das Nascentes do Rio Golandim
 Fonte: Funcern, 2020.





Mapa 10 – Zonas de Proteção ambiental em São Gonçalo do Amarante.
 Fonte: Funcern, 2020.

4.4 DINÂMICA IMOBILIÁRIA

4.4.1 Uso e ocupação do solo

No Estudo da Dinâmica Imobiliária foram tratados diversos assuntos, entre eles o uso e ocupação do solo onde discorreu sobre:

Metodologia Geral

Zona Urbanizada

Processo de ocupação

Áreas especiais de Interesse Social

Áreas especiais de Comunidades Tradicionais

Áreas especiais de Preservação Histórica

Área especial aeroportuária

Área especial de Interesse Industrial

Descrição dos Bairros

Sendo apresentado um resumo da forma de uso e ocupação do solo dos bairros oficiais, bem como a quantidade de licenças e habite-se e sua evolução dentro do município. Dentro deste estudo foram identificados em torno de 156 loteamentos entre regulares e irregulares espalhados pelos diversos bairros, gerando em torno de 25.000 novos lotes, mas sempre direcionando para os Bairros de Jardins e Santo Antônio do Potengi como os de maior incidência.

Os mapas apresentados também são elementos elucidativos muito importante no estudo dessa Dinâmica, uma vez que permite visualizar de forma didática como está sendo ocupado o solo dentro destes bairros e também a nível municipal. São apresentados 12 bairros e 1 mapa total do município.

Tabela 2 – Dados relativos à forma de uso e ocupação do solo da Zona Urbana de São Gonçalo do Amarante.

Bairro	Área (m ²)	Área (ha)	Nº Edificações	Nº Residências	Nº Und. Comerciais e Serviço	Nº Indústrias	Nº Instituições	Vazios Urbanos	Pop. Estimada	Densidade hab./ha
CENTRO	127.885,16	12,79	1.288	1.130	96	2	60	2	4.012	313,68
GOLANDIM	919.053,86	91,91	4.594,00	4.353	227	5	8	1	15.453,15	168,14
GAJIRU	6.100.686,95	610,07	929,00	779	123	2	15	1	2.765,45	4,53
JARDIM LOLA	944.995,39	94,50	3.262	2.907	332	0	23	2	10.320	109,21
JARDINS	18.334.981,39	1.833,50	7.502,00	7.213	235	16	38	4	25.606,15	13,97
MAÇARANDUBA	29.770.930,20	2.977,09	1.322,00	1.173	5	3	10	131	4.164,15	1,40
OLHO D'AGUA	3.956.193,14	395,62	943,00	878	52	0	11	2	3.116,90	7,88
REGOMOLEIRO	6.485.374,35	648,54	2.843,00	2.799	34	2	6	2	9.936,45	15,32
SANTA TEREZINHA	6.100.686,95	610,07	2.748,00	2.592	74	1	16	65	9.201,60	15,08
SANTO ANTONIO DO POTENGI	7.022.634,89	702,26	6.788,00	6.575	186	1	25	1	23.341,25	33,24
NOVO AMARANTE	791.872,28	79,19	3.115	2.775	225	3	12	2	9.851	124,40
AMARANTE	1.174.613,61	117,46	3.250	2.710	510	1	27	2	9.620,50	81,90
VALORES TOTAIS	81.729.908,17	8.172,99	38.584	35.884	2.099	36	251	215	127.388	74,06

Fonte: Funcern, 2020.

Quadro 3 – Relação os Alvarás dos anos de 2014 a 2019.

Anos	Alvarás	Habite-se
2014	714	639
2015	695	579
2016	555	461
2017	730	436
2018	843	48
Parte de 2019	471	

Fonte: SEMURB-SGA, 2019.

Gráfico 7 – Evolução do Alvarás dos anos de 2014 a 2019.



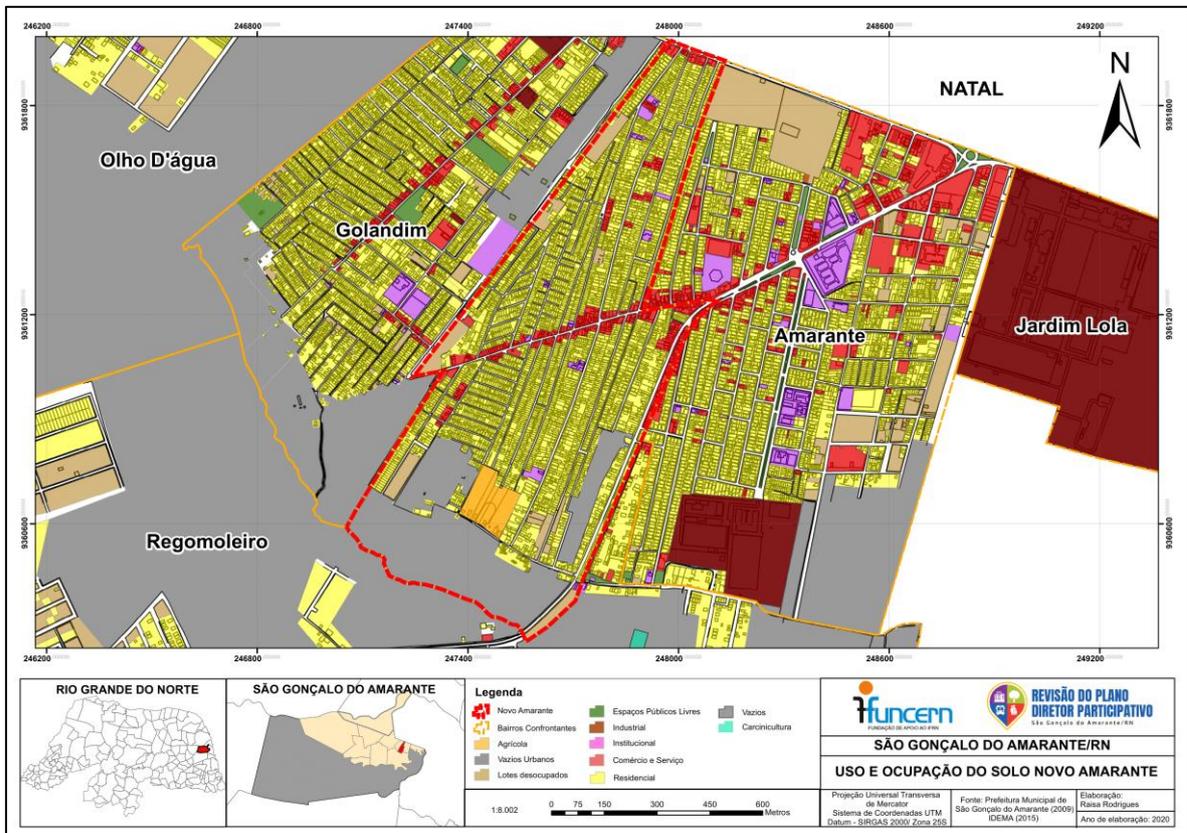
Fonte: SEMURB, 2019.

Gráfico 8 – Evolução da Expedição de Habite-se dos anos de 2014 a 2018.

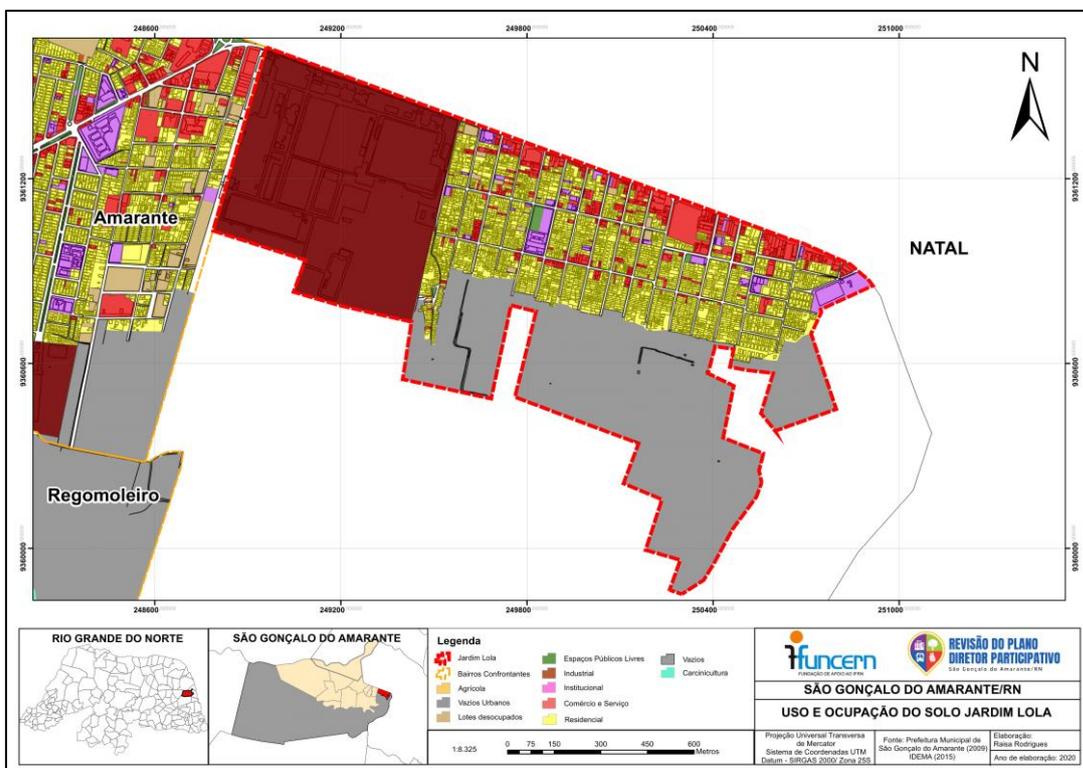
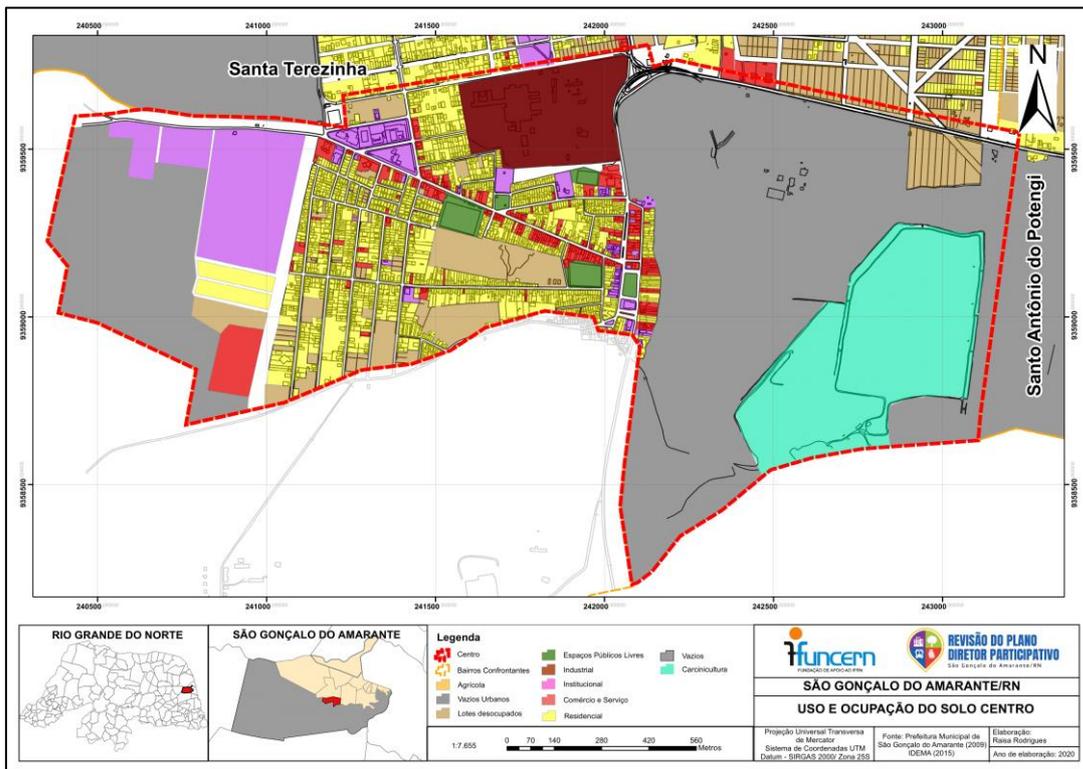


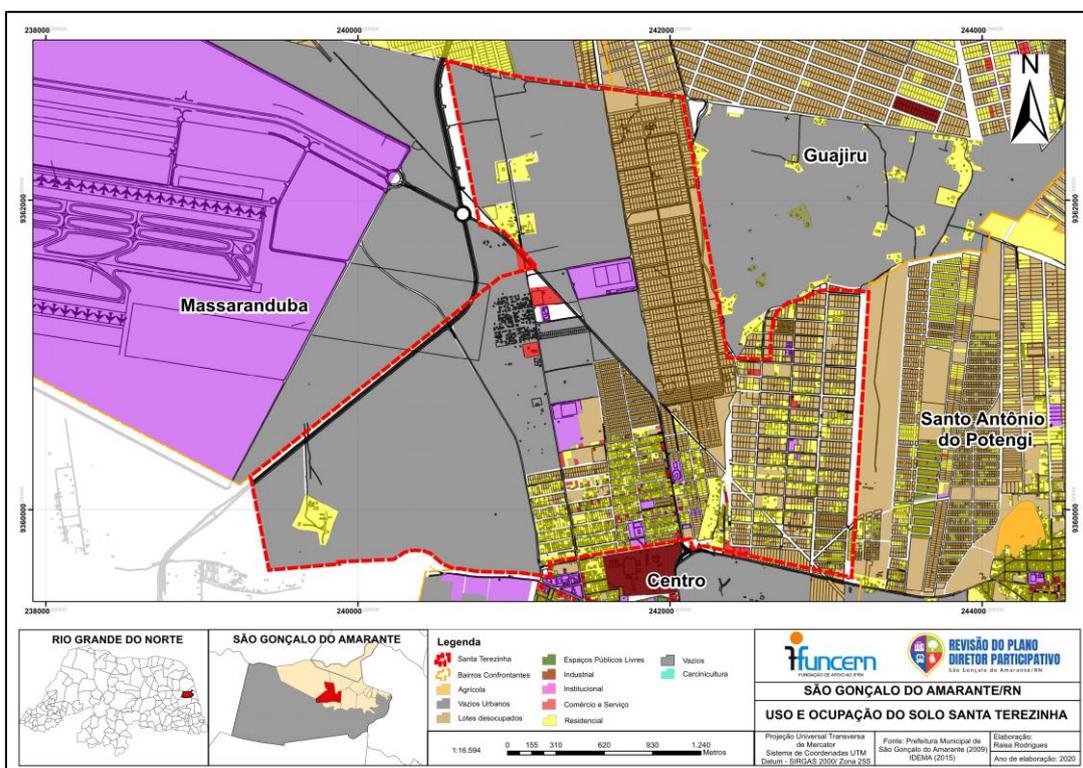
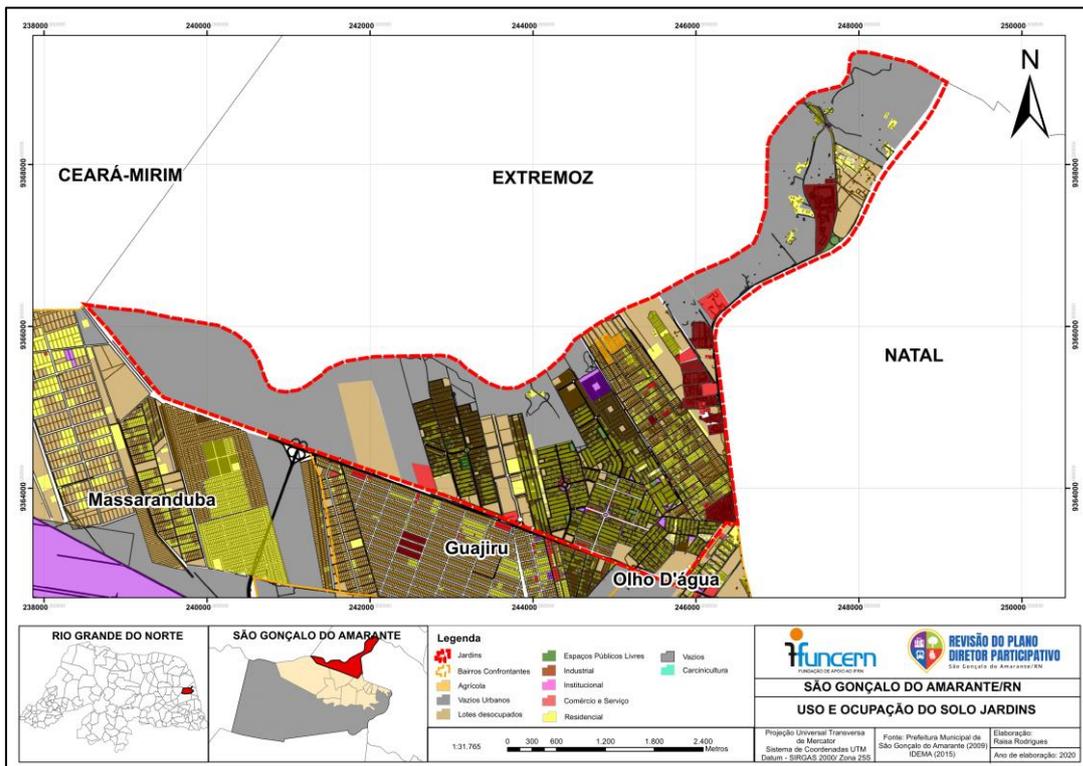
Fonte: SEMURB, 2019.

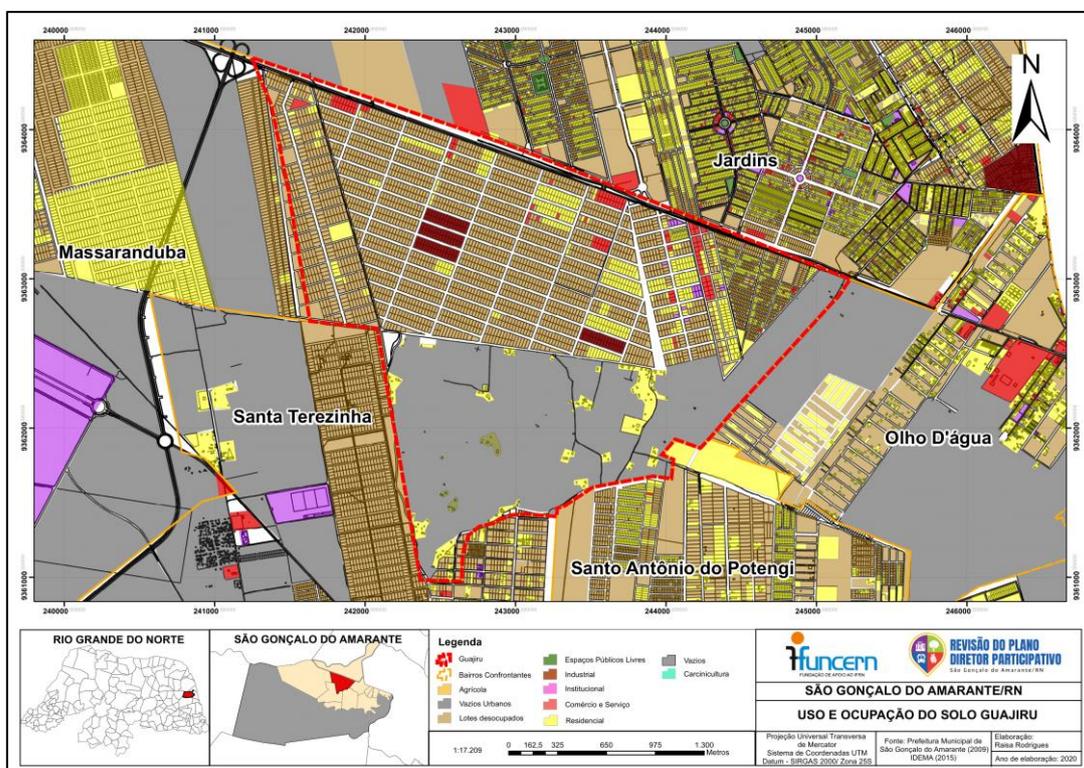
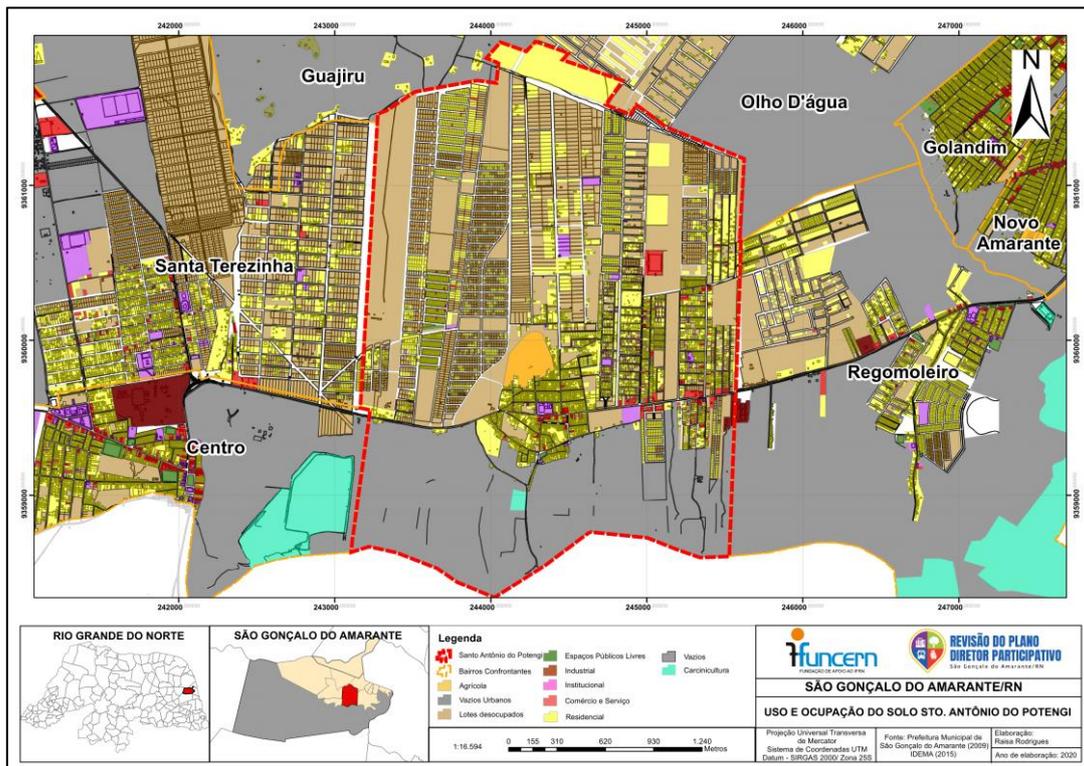
A seguir veremos os mapas do uso e ocupação do solo.

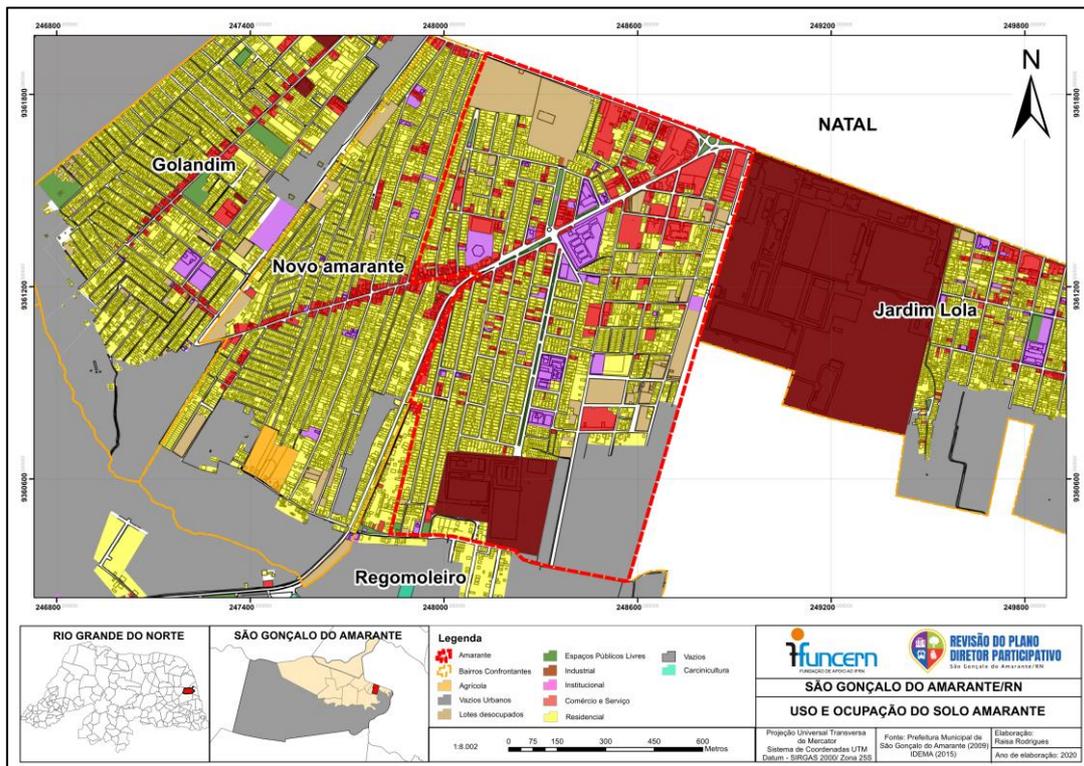


Mapa 11 – Uso e Ocupação do Solo Bairro Novo Amarante.
 Fonte: Funcern, 2019.

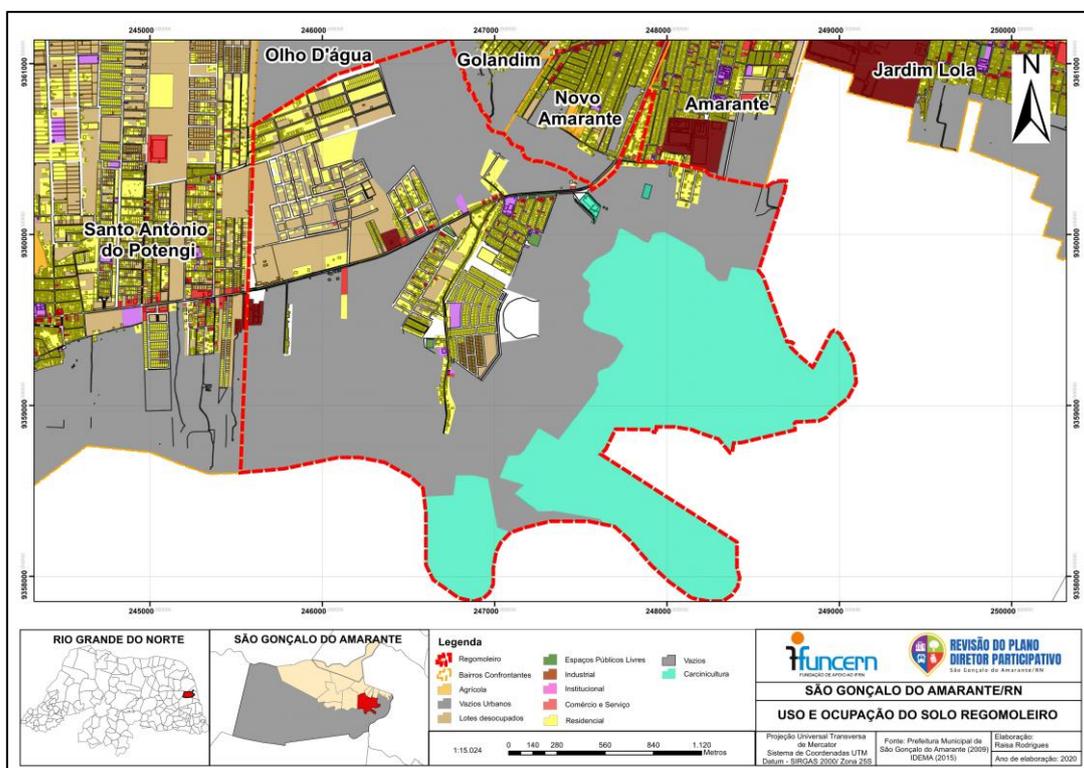




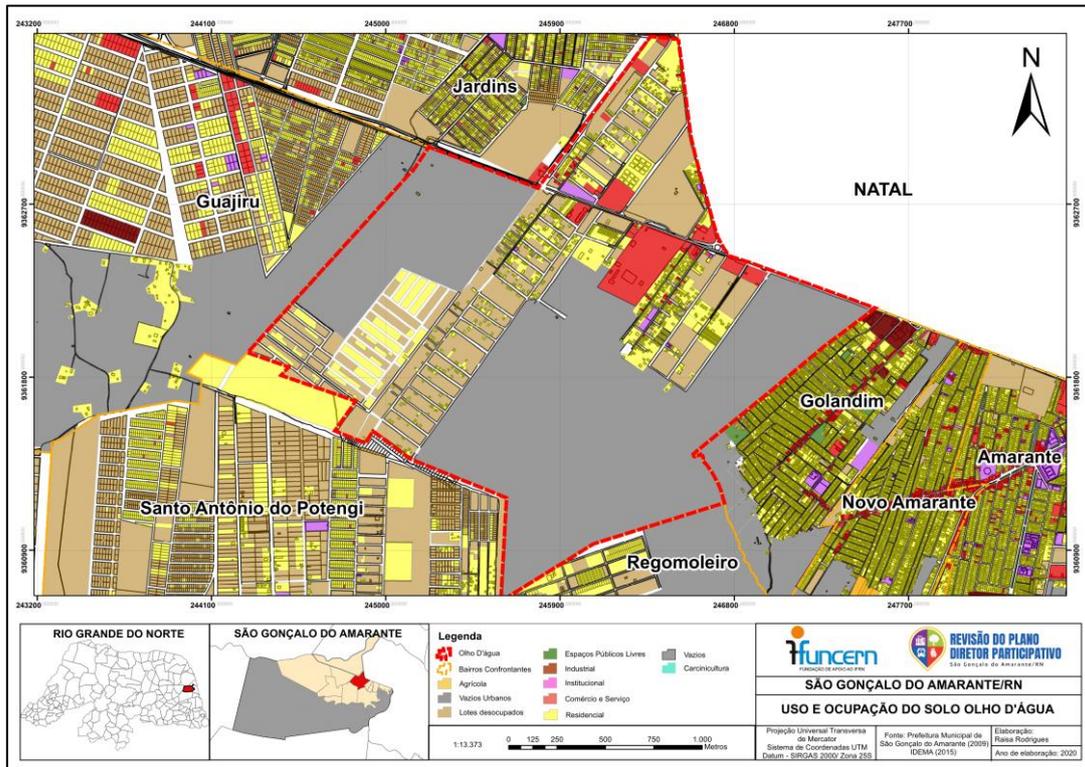




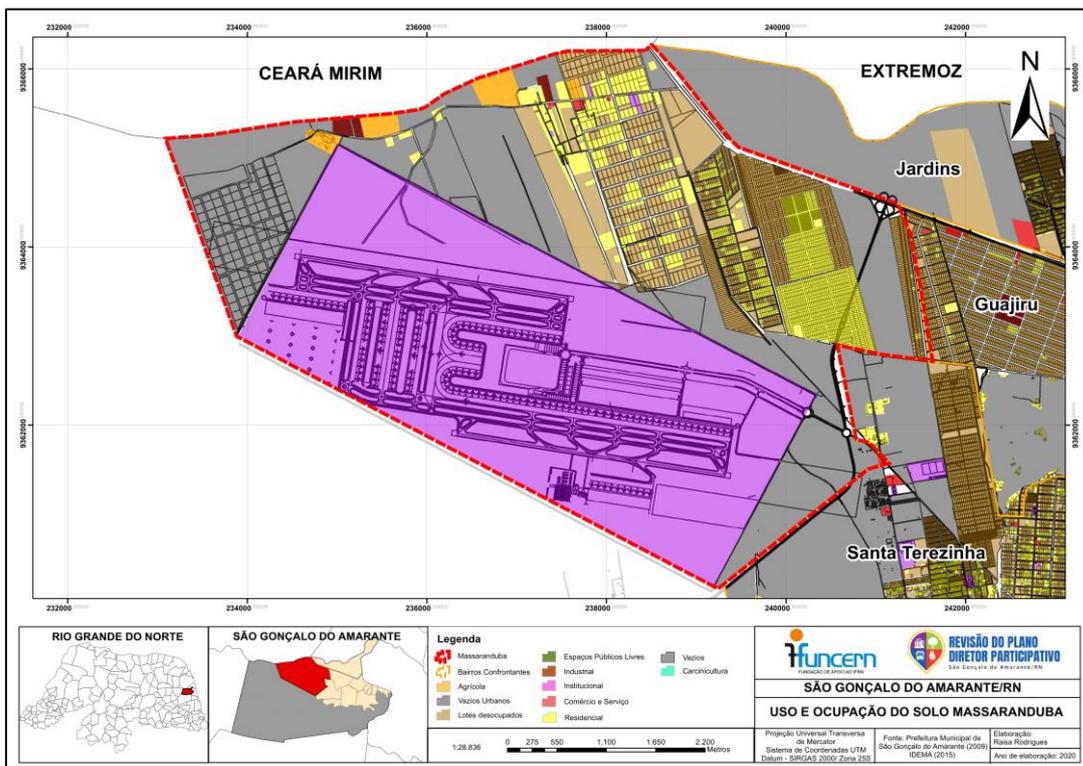
Mapa 18 – Uso e Ocupação do Solo Bairro Amarante
 Fonte: Funcern, 2019.



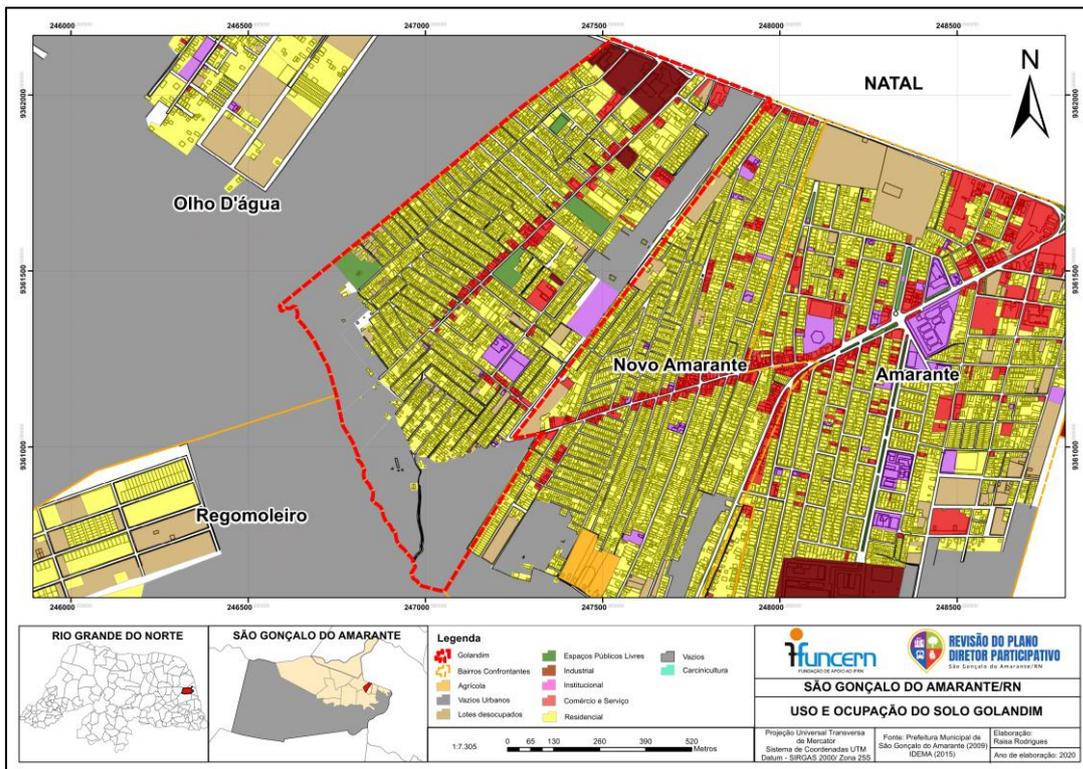
Mapa 19 – Uso e Ocupação do Solo Bairro Regomoleiro.
 Fonte: Funcern, 2019

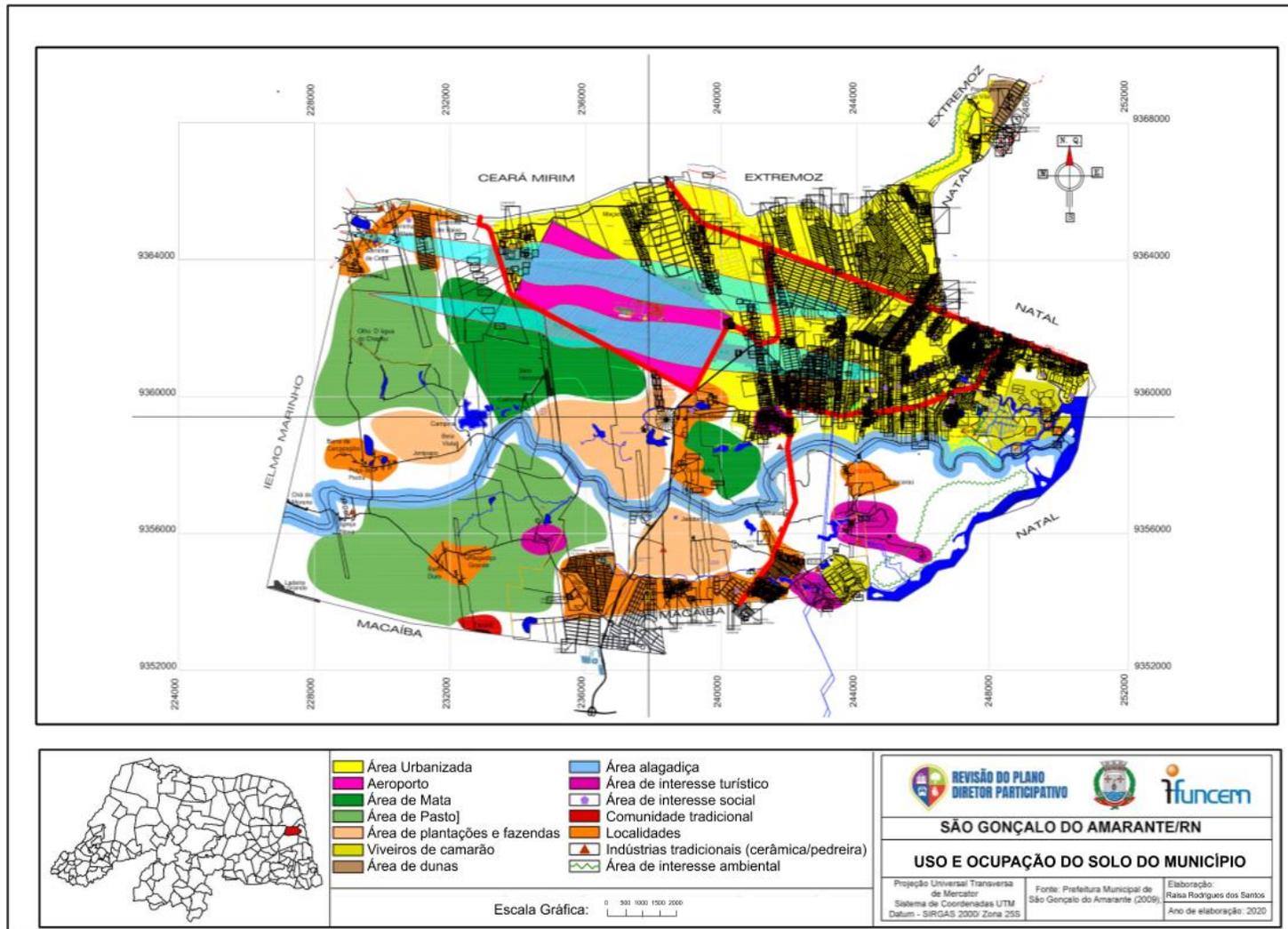


Mapa 20 – Uso e Ocupação do Solo Bairro Olho D'Água.
 Fonte: Funcern, 2019.



Mapa 21 – Uso e Ocupação do Solo Bairro Massaranduba.
 Fonte: Funcern, 2019.





Mapa 23 – Mapa de uso do solo do município de São Gonçalo do Amarante.
 Fonte: Funcern, 2019.

4.4.2 Infraestrutura

Como bem coloca Mascaró e Yoshinaga (2005), o espaço urbano não é, apenas, constituído pela combinação tradicional de áreas edificadas e áreas livres, mas das redes de infraestrutura que possibilitam seu uso e se transformam em elementos de associação entre a forma, a função e a estrutura.

Infraestruturas territoriais são sistemas técnicos gerais de suporte ao funcionamento do território, compreendendo os sistemas gerais de circulação associadas às conexões entre os municípios; os sistemas gerais de captações, transporte e armazenamentos de água para os diferentes usos municipais; os sistemas de transporte, tratamento e rejeitos de águas residuais; os sistemas gerais de armazenamento, tratamento, transporte e rejeito de resíduos sólidos; e os sistemas gerais de distribuição de energia e de telecomunicações fixas e móveis.

O sistema de fornecimento de energia elétrica no município é realizado pela COSERN. Segundo dados do IBGE (2010), 24.331 domicílios eram abastecidos com energia elétrica, representando 99,31%. Os dados apresentados demonstram que deve haver uma atenção especial para as áreas onde apresentam maior número de tipologias industriais, comerciais e de serviço, que estão localizadas principalmente próximas às vias principais do município, uma vez que podem sobrecarregar o sistema de energia elétrica, comprometendo áreas essenciais e estratégias como hospitais, escolas, sistemas de abastecimento água, iluminação pública, entre outros.

Outro importante elemento do sistema de energia elétrica municipal é a presença da rede de transmissão da Chesf, trecho LT Extremoz II / Natal III, com tensão de 230 KV. A Resolução autorizativa nº 3.881/2013, declarou de utilidade pública as áreas de terra necessárias à passagem da linha de transmissão situadas em uma faixa de 20m de largura, para os primeiros 0,45km da linha, e uma faixa de 40m de largura para os 84,45km restantes da linha. Nesse sentido é importante mapear e definir, no Plano Diretor Municipal, as faixas de domínio da linha de transmissão como áreas *nomaedificandi* ou de proteção ambiental, verificando a viabilidade técnica para criação de parques lineares margeando a LT, assim como evitar possíveis ocupações irregulares nessas áreas de conflito, sobretudo de assentamentos informais.

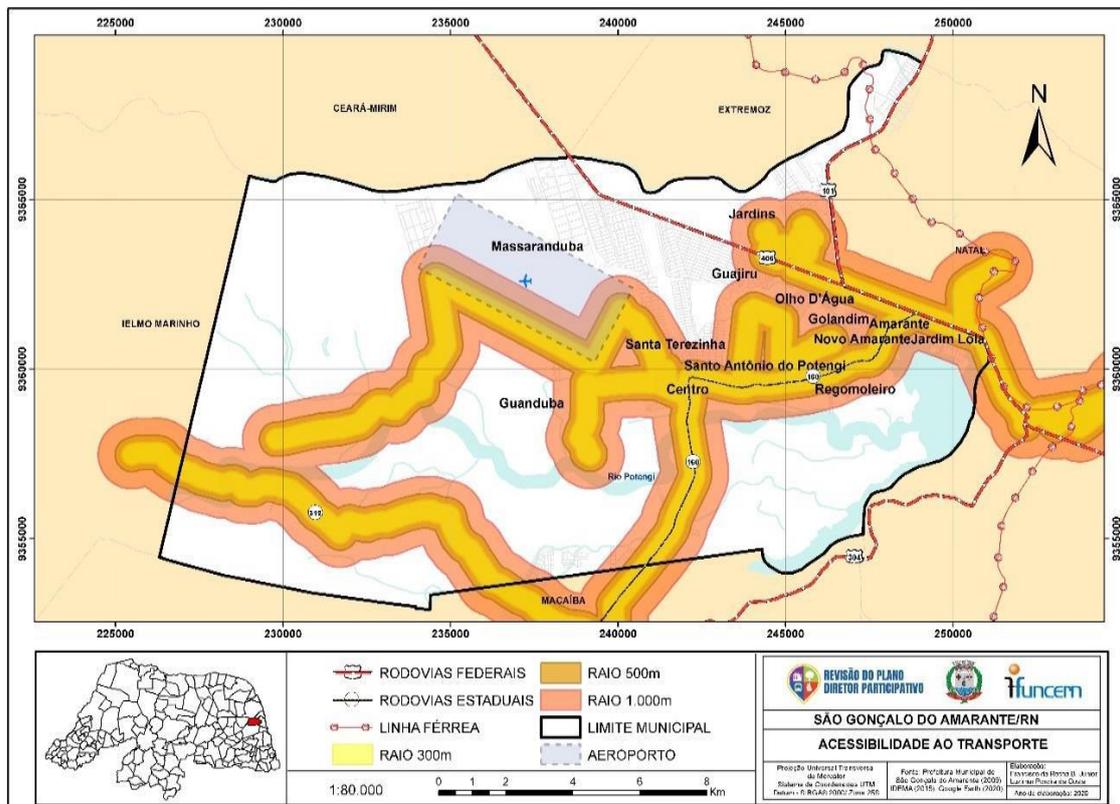
No que se refere ao sistema viário observa-se que a mancha urbana municipal é principalmente conectada através da RN-160, sendo a principal forma de acesso à Zona Urbana, apresentando ocupações na faixa de domínio em alguns trechos que impossibilitam sua ampliação.

No que se refere à hierarquia viária municipal é fundamental que seja compatibilizada com o uso e ocupação do solo limítrofe às vias urbanas, para que não haja conflito na utilização do sistema viário, como forma de estabelecer diretrizes, definir sinalizações e regulamentações viárias, proporcionar mais fluidez no trânsito, conforto e segurança aos usuários.

A frota do sistema de serviço de transporte municipal é dividida em 09 linhas e composta por 39 veículos do tipo micro-ônibus, através da Cooperativa de Transportes da Grande Natal (Cooptagran).

As redes de transporte intermunicipal são operacionalizadas majoritariamente por duas empresas: a Trampolim da Vitória e a Expresso Oceano, não havendo linhas que liguem os municípios limítrofes de São Gonçalo do Amarante e Extremoz. É possível observar ainda que o maior número de linhas de transporte público da Empresa Oceano atendem principalmente aos bairros Jardins, Regomoleiro, Golandim e Amarante, enquanto que as linhas da empresa Trampolim da Vitória utilizam, principalmente, a rodovia RN-160 em direção ao núcleo central de São Gonçalo e para outras áreas de expansão urbana do município, assim como o município Macaíba.

É notório que alguns bairros do município se encontram com uma boa ou regular acessibilidade, como observado nos bairros do Centro, Santo Antônio, Regomeleiro, Jardim Lola e Amarante. Outros bairros como Jardins, Olho d'água, Golandim, Novo Amarante apresentam uma acessibilidade classificada como ruim. Já os bairros Guajiru e Massaranduba não são considerados acessíveis, sendo importante não estimular a ocupação nessas áreas de baixa ou nenhuma acessibilidade.



Mapa 24 – Acessibilidade ao transporte público.
Fonte: Funcern, 2019.

Outra forma de deslocamento para o município de São Gonçalo do Amarante é através do Sistema de Trens Urbanos de Natal. O sistema de trens dispõe de duas linhas ferroviárias com extensão abrangendo os municípios Natal, Extremoz e Ceará Mirim. Com relação à acessibilidade ao sistema de transporte ferroviário no município, é possível verificar que é muito baixo. O acesso às áreas residenciais mais próximas da estação está localizado a mais de 1.000 metros da estação Nordelândia.

Outro sistema de transporte encontrando no município é o sistema aéreo realizado pelo Aeroporto Internacional de Natal Governador Aluizio Alves. A garantia do sistema aéreo municipal depende também do controle do processo de ocupação das faixas de segurança aeroportuárias I e II. Observa-se um vetor de crescimento no sentido norte da Rodovia Estadual RN-160 em direção à faixa de segurança aeroportuária I, devendo haver uma atenção maior nos bairros Guariju, Santo Antônio, Santa Terezinha e Massaranduba.

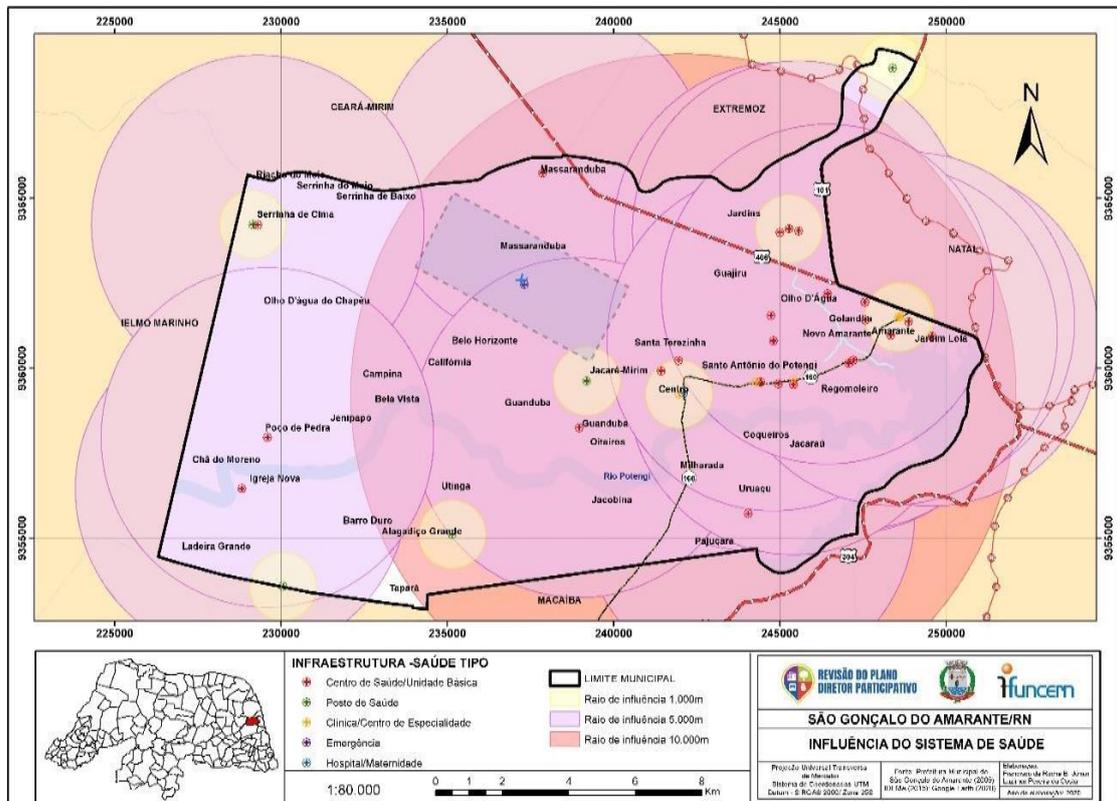
Com relação ao transporte não motorizado, principalmente os sistemas cicloviários, o município não dispõe de nenhuma ciclovia e/ou ciclofaixa no município.

equipamentos esportivos (quadras e campos de futebol) e alguns clubes e espaços para lazer.

O município ainda dispõe de dois parques urbanos criados através de decretos oficiais: o Parque Municipal Felipe Camarão e o Parque das Nascentes, abrigando leitos d'água e correspondendo a áreas de doação de loteamentos implantados no município.

Os equipamentos institucionais se encontram localizados no bairro Centro, Santa Terezinha, Santo Antônio, Amarante e Jardim Lola, com maior número na área central e nos bairros mais próximos com o município de Natal (Amarante e Jardim Lola).

Segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde do município (2020) existe hoje um total de 39 unidade de saúde, com atendimento por meio de Postos de Saúde, Programa de Saúde à Família, Centros de Saúde, entre outros. Entretanto, segundo dados do DataSUS, o município dispõe de um total de 50 unidades de saúde, alguns localizados no mesmo edifício. Observamos que grande parte dos estabelecimentos de saúde estão localizados nas áreas urbanizadas do município (Zonas Urbanas e de Expansão Urbana) e um total de 13 unidade em áreas com mais características rurais.



Mapa 26 – Influência do Serviço de Saúde Municipal
 Fonte: Funcern 2020.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, a oferta de serviços básicos e de infraestrutura no setor educacional oferecidos pelas esferas estadual e municipal é satisfatória para algumas áreas do município. A Gestão Municipal de São Gonçalo do Amarante oferece os ensinos infantil, fundamental, médio e superior. Segundo dados do Censo Escolar (2018), na área urbana e rural apresenta 106 equipamentos educacionais de ensino, sendo 61 escolas da rede municipal, 13 estaduais, 02 federais e 30 escolas da rede particular, sendo 29 na Zonas Urbana ou de Expansão Urbana e apenas 01 na Zona Rural.

É possível verificar que na Zona Urbana e de Expansão Urbana existe uma predominância de equipamentos escolares nas áreas limítrofes com Natal, próximas à RN-160, ou na área central da cidade, enquanto algumas áreas que estão em constante crescimento e adensamento populacional, como o bairro Jardins, Santo Antônio e Guajiru, apresentam um déficit de escolas municipais, fazendo com que exista uma maior demanda de deslocamento da população para atendimento desse serviço, não apenas no município de São Gonçalo, como também em Natal.

É importante ainda que toda a infraestrutura urbana municipal seja analisada e avaliada de maneira integrada, sendo para tanto criado um sistema de planejamento municipal e ferramentas de auxílio como sistema de informação geográfica, alimentado por todas as secretarias municipais.

4.4.3 Saneamento

4.4.3.1 Caracterização do sistema de abastecimento de água

No município de São Gonçalo do Amarante/RN as redes de distribuição existentes são antigas e de pequeno diâmetro, além de uma parcela delas estar traçada dentro de lotes residenciais irregulares, o que aumenta o índice de perdas do município no que se refere às perdas aparentes (não físicas), através das ligações clandestinas. Esse cenário ainda dificulta as atividades de manutenção e de realização de ligação em novas economias (SAAE-INCIBRA, 2019).

O sistema de abastecimento do município conta hoje 169 poços de captação de água bruta, dos quais 157, cerca de 93% do total, em funcionamento segundo dados do

SAAE. A profundidade média de captação nos poços é de 59 m. Ademais, as informações quanto à vazão, o nível estático e/ou o nível dinâmico são desconhecidas em cinco dos poços. Durante a realização de visitas técnicas foi constatado que muitas das unidades passam por um sistema de cloração e, em seguida, são injetadas diretamente na rede de distribuição que segue para abastecimento da população. Dito isso, configura-se, então, um sistema de distribuição de água que está intrinsecamente ligado ao fornecimento elétrico. No caso de falha do sistema elétrico local (quadro elétrico dos poços) ou geral (distribuição da operadora de energia), a distribuição de água fica, conseqüentemente, comprometida (SAAE-INCIBRA, 2019).

O serviço público de água e esgoto de São Gonçalo do Amarante é competência do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Gonçalo do Amarante/RN (SAAE-SGA), autarquia criada pela Lei Municipal nº010/1977, que opera em 27 localidades da sua área municipal, observando-se que a prestação do serviço de fornecimento de água tratada e coleta de esgoto (parcial) na comunidade Jardim Lola e Conjunto Novo Amarante (pertencentes a São Gonçalo do Amarante) são feitas pela Companhia de Água e Esgoto do Rio do Rio Grande do Norte (CAERN), cabendo ao SAAE-SGA o tratamento de parte desses esgotos domésticos coletados. Além destas, existem ainda zonas rurais que são abastecidas por intermédio de 48 poços tubulares, construídos em parte com recursos do Estado e da União, e em parte com recursos próprios da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, operados pelo SAAE (PMSB, 2016).

4.4.3.2 Caracterização do sistema de esgotamento sanitário

O município de São Gonçalo do Amarante possui sistema de esgotamento sanitário concluído na sede do município e em alguns trechos dos distritos de Amarante, Rego Moleiro, Santo Antônio e Golandim. O sistema de tratamento de esgoto é precário e irregular. Conforme os dados fornecidos pelo SAAE, entre os 27 distritos atendidos, apenas a Sede, Golandim, Rego Moleiro e Santo Antônio possuem esgotamento sanitário, observando-se que o esgotamento atinge apenas 50,77% das edificações situadas na Sede, 1,38% em Golandim, 41,02% em Rego Moleiro e 31,34% em Santo Antônio, demonstrando que o problema de esgotamento sanitário é muito sério em todo o município.

A região da Sede Municipal tem seus esgotos coletados pela rede encaminhados para a “ETE-Sede” por meio de 3 estações elevatórias e respectivas linhas pressurizadas. A ETE-Sede é constituída por lagoas de estabilização, com o efluente tratado sendo lançado em córrego situado a cerca de 300 m, afluente da margem esquerda do Rio Potengi, não tendo sido obtidos os registros das condições de lançamento (vazão, regime de lançamento, DBO de entrada e saída, temperatura, eficiência, etc.), impedindo avaliação das condições operacionais da unidade.

4.4.3.3 Caracterização do sistema de resíduos sólidos de São Gonçalo do Amarante/RN

De acordo com a lei complementar nº 051/2009, que institui o Código, a Política e o Sistema Municipal de Meio Ambiente do Município de São Gonçalo do Amarante, em seu capítulo V, art. 158, o acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos Sólidos Urbanos deverão ser processados em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, à segurança alimentar, ao bem-estar e ao meio ambiente.

Sendo assim, a gestão municipal contratou empresas terceirizadas para acondicionar, coletar, transportar, tratar e dar o destino final aos resíduos sólidos urbanos gerados no município de São Gonçalo do Amarante, com o objetivo de garantir boas condições de saúde, segurança alimentar, bem-estar e meio ambiente à população que vive no município.

A empresa terceirizada Tecnal foi contratada pela prefeitura para realizar os serviços de coleta e transporte regular de resíduos domiciliares e comerciais com caminhão compactador e caminhão basculante com carga lateral; coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde; coleta manual e com equipamento mecânico de resíduos volumosos; coleta manual e mecânica de Podação; capinação, varrição e Podação de vias e logradouros públicos; capinação, raspagem manual e pintura de meio-fio; catação manual e coleta regular de resíduos na área rural usando caminhão basculante com carga lateral.

Para a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde, a Tecnal contratou a empresa especializada Stericycle, para realizar os serviços de maneira correta.

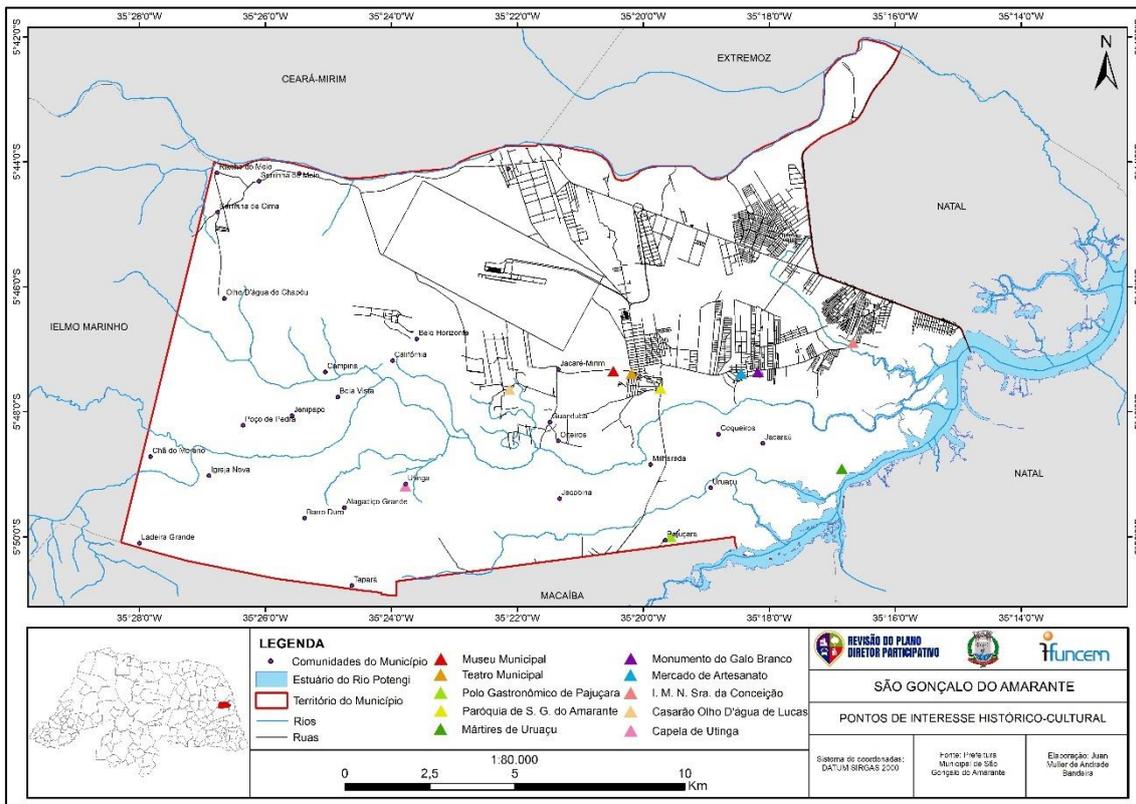
Os resíduos de Saneamento Básico são de responsabilidade do SAAE e os industriais e perigosos são de responsabilidade do gerador. Os Resíduos de Construção Civil (RCC) são de responsabilidade do gerador e, se for de origem pública ou a população fizer a solicitação de retirada junto à prefeitura, é de responsabilidade da Tecnal.

Atualmente, no Município de São Gonçalo do Amarante, são produzidas cerca de 1.133.936,76 toneladas de resíduos sólidos urbanos e rurais e de limpeza urbana, incluindo RCC, os quais são coletados pela empresa terceirizada TECNAL responsável pela limpeza urbana no município. Destes, 2.430 toneladas são de resíduos sólidos domiciliares urbanos e rurais.

4.4.3.4 Caracterização do sistema de manejo de água fluvial

No Mapa abaixo, estão indicados os pontos críticos de inundação. Serve como primeira indicação de restringir a ocupação dessa área. Se estudo técnico demonstrar a melhoria das condições ambientais em relação à situação anterior com a adoção das medidas nele preconizadas como a proposição de intervenções para a prevenção e o controle de riscos geotécnicos e de inundações, a área poderá vir a ser ocupada.

A densidade hidrográfica compreende: rios da Prata e Camaragibe. Os principais corpos de acumulação são as lagoas: da Onça, Bela Vista, Tapará, Santo Antônio, da Serrinha e Córrego dos Guajirus, e não existem açudes com capacidade de acumulação igual ou superior a 100.000 m³.



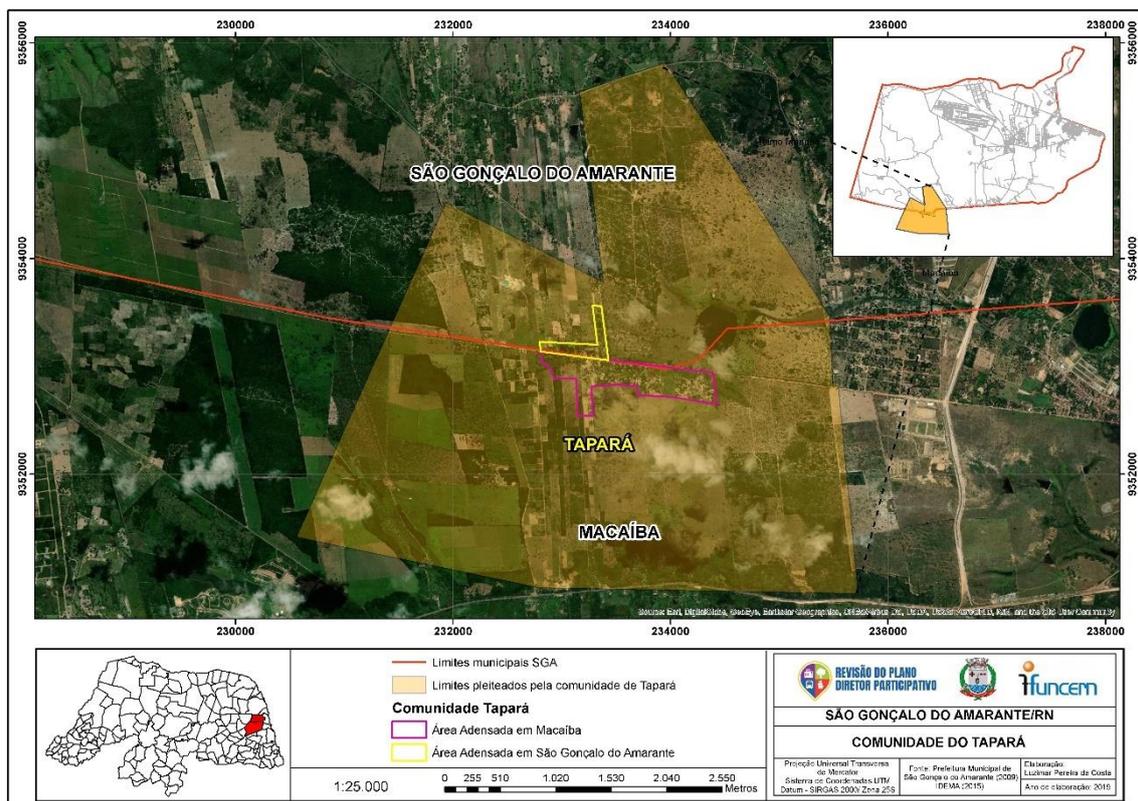
Mapa 28 – Pontos de interesse histórico – cultural em São Gonçalo do Amarante.
Elaboração: Juan Muller de Andrade Bandeira

Comunidades tradicionais

Nos termos do Decreto Nº 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, como povos e comunidades tradicionais os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007). O Decreto Nº 6.040/2007 ainda registra no Art. 3 – VI, que é objetivo específico desta Política, “reconhecer, com celeridade, a auto identificação dos povos e comunidades tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos” (BRASIL, 2007). Nesse contexto, destacamos a comunidade rural Taparú situada entre o limite dos municípios de São Gonçalo do Amarante e Macaíba onde vivem aproximadamente 150 famílias.

As comunidades indígenas no Rio Grande do Norte, incluindo Taparú, não

possuem regularização fundiária, estudo ou demarcação. Destacamos ainda que Tapará é sinalizada nos documentos oficiais do governo do estado como pertencente ao município de Macaíba. Contudo a líder Francisca Bezerra esclarece que a comunidade se espalha, e que o roçado e a lagoa, fontes de subsistência da maior parte dos indígenas, está do lado de São Gonçalo do Amarante. A comunidade Tapará, embora reconhecida pela Fundação Nacional do Índio, não consta no Plano Diretor vigente de São Gonçalo do Amarante (Lei complementar nº 049/ 2009), e figura no Plano Diretor vingente no município de Macaíba (Lei complementar 01/2018) como comunidade rural especial - Capítulo III, seção III, artigo 25. Assim, a líder comunitária reforça que a comunidade segue reivindicando a demarcação da terra e seu reconhecimento final, junto à União (RIO GRANDE DO NORTE, 2013).



Mapa 29 – Mapa da Comunidade de Tapará.
Fonte: Funcern, 2020.

4.6 ORDENAMENTO JURÍDICO APLICADO A POLÍTICA URBANA

4.6.1 Aspectos legais e institucionais

- Análise da legislação aplicada ao plano diretor

A análise do Plano Diretor de São Gonçalo do Amarante, instituído pela Lei Complementar nº 049/2009, quanto aos aspectos jurídicos e administrativos, se desenvolveu a partir da verificação da aplicabilidade dos dispositivos que compõem a norma e a necessidade de regulamentação para sua implementação. Num segundo momento, foi realizada uma pesquisa da produção da legislação urbano-ambiental nas esferas Federal, Estadual e Municipal, relacionada com o plano diretor, a partir de sua vigência.. Na terceira etapa, aconteceu a realização de reuniões técnicas com o Núcleo Gestor sobre os aspectos legais e institucionais, e complementação de dados e informações com a equipe técnica da Prefeitura.

Conforme dinâmica realizada em oficina com o Núcleo Gestor no processo de revisão do Plano Diretor, segue quadro ilustrativo quanto a aplicação dos instrumentos de gestão urbana previstos no referido Plano.

Quadro 4 - Quadro da aplicação dos instrumentos urbanísticos do plano diretor

INSTRUMENTOS	APLICADO (SIM, NÃO)
parcelamento, edificação ou utilização compulsória	NÃO
IPTU progressivo no tempo	NÃO
direito de preempção	NÃO
outorga onerosa do direito de construir	SIM
operações urbanas consorciadas	PARCIALMENTE
transferência de potencial construtivo	NÃO
estudos e relatórios de impacto de vizinhança	PARCIALMENTE

Fonte: Prefeitura de São Gonçalo do Amarante.

Obs.: Nos instrumentos que não tiveram aplicabilidade, observou-se a falta de regulamentação nos prazos estabelecidos pelo Plano, com o detalhamento de fórmulas, procedimentos administrativos e de gestão, formas e mecanismos de controle social.

Ressaltam-se, após análise do Plano, algumas considerações identificadas no diagnóstico para serem tratadas na elaboração de propostas para atualização e revisão na próxima fase do estudo:

- Revisar o Título da Política Urbana, Objetivos e Diretrizes com a inclusão de outras políticas urbanas instituídas após vigência do Plano (Proteção e Defesa Civil, Regularização Fundiária, dentre outras);
- Considerar a necessidade de definir unidade de planejamento Bairro;
- Revisar o Macrozoneamento em razão da dinâmica urbana (AEIS, ajustes que precisam ser feitos nas delimitações de zonas e áreas especiais) e regulamentar áreas especiais existentes e a serem criadas;
- Rever as prescrições urbanísticas ao atendimento dos objetivos da política urbana municipal, compatibilizadas com as normas aeroportuárias, inclusão de taxa de permeabilidade;
- Criar mecanismos de controle e monitoramento dos Fundos de Urbanização e Fundo Municipal Ambiental, desde a captação dos recursos até à sua aplicação;
- Rever e compatibilizar o Conselho da Cidade e o Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente em razão das suas atribuições e competências;
- Compatibilizar no que couber o Plano Diretor com o Plano Estratégico;
- Revisar outros institutos urbanísticos e ambientais para uma gestão municipal mais plena e efetiva, destacadamente o Código de Meio Ambiente, que precisa ser atualizado e complementado com os instrumentos ambientais e mecanismos administrativos.

Quadro 5 – Legislação relacionada à Política Urbana.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	LEGISLAÇÃO ESTADUAL	LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
<ul style="list-style-type: none"> • CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988 • DECRETO-LEI 25/1937 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO • LEI 6.766/79 – PARCELAMENTO DO SOLO URBANO • LEI 6.938/81 – POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE • LEI 9.433/1997 - POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS • LEI 9.985/2000-SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA • LEI 10.257/2001 – ESTATUTO DA CIDADE • LEI 10.406/2002-CÓDIGO CIVIL • LEI 11.124/2005 – SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL • LEI 11.445/2007 – SANEAMENTO BÁSICO • DECRETO Nº 6.040/2007 – POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS • LEI 12.305/2010 – POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS • LEI 12.340/2010 -transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil 	<ul style="list-style-type: none"> • CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/1989 • LEI Nº 2.324, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1958. Cria o município de São Gonçalo do Amarante, desmembrado do Município de Macaíba; • Lei nº 6.908/96 – Política Estadual de Recursos Hídricos; • Decreto nº 13.284, de 22/03/1997 – Regulamenta o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGERH; • Resolução nº 02/2003 - CONERH – Regulamenta a instalação de Comitês de Bacias no Estado do Rio Grande do Norte; • Portaria nº 055/2019-GS-SEMARH – Constitui a Comissão Pró-comitê Potengi; • LC 272/2004 - POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE • LC 152/1997 – CRIAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL • LEI 8.426/2003 – FAIXA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO PITIMBÚ • RESOLUÇÃO CONEMA Nº 03/2003 – APROVA O PLANO DE GESTÃO COMPARTILHADA AMBIENTAL DO RN. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lei Orgânica do Município de São Gonçalo do Amarante – RN, 03 de abril de 1990; • LEI Nº 8.246, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2002. Fixa os limites do Município de São Gonçalo do Amarante; • Lei nº 182/72 Cria área de expansão urbana, turística e Industrial do Município de São Gonçalo do Amarante; • LC 049-2009-Plano Diretor-30.07.2009; • Lei 471-2016-Plano-Urbanístico-MASTERPLAN; • Lei 1076-2005 - Dispõe sobre Poluição Sonora; • Decreto 825-2018 - Terrenos baldios; • lei nº 1.187/2009 lei nº 1.243/2010 Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente; • lei nº 1.209/2010 Institui o Fundo Municipal de Meio Ambiente • Decreto nº 417/2011 Regulamenta o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUMASGA, criado pela Lei nº 1.209, de 12 de abril de 2010; • de 28 Dez 04 - Institui o Código de Posturas do Município; • Lei Complementar 045 de 31.12.2007 Código Tributário; • LEI COMPLEMENTAR Nº 051, DE 08 DE SETEMBRO DE 2009 Institui o Código de Meio Ambiente do Município de São Gonçalo do Amarante, a Política e o Sistema Municipal de Meio Ambiente; • LEI COMPLEMENTAR Nº 052, DE 08 DE SETEMBRO DE 2009. Institui o Código de Obras;

<ul style="list-style-type: none"> • LEI 12.587/2012 – POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA • LEI 12.608/2012 - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil • LEI 12.983/2014 - Altera a Lei nº 12.340/ 2010, as Leis nºs 10.257/2001, e 12.409/2011 • LEI 13.089/2015 – ESTATUTO DA METRÓPOLE • LEI 13.146/2015 – ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA • LEI 13.465/2017-REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA; • DECRETO 6.040/2007 Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; • Decreto 7.747/2012 – Política Nacional de Gestão ambiental e territorial de terras indígenas. 		<ul style="list-style-type: none"> • Lei Complementar nº 050-2009 - 30.07.2009 - Estrutura Administrativa; • LEI Nº. 012/97 DE 06 DE JUNHO DE 1997. Dispõe sobre o Parcelamento do solo urbano; • Leis dos bairros; • Leis ZPA'S (2); • Decretos UC's.
--	--	---

Fonte: Funcern, 2019.